

IFC

International
Finance
Corporation
World Bank Group

RESUMO DA REVISÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Advertência

Este Resumo da Revisão Ambiental e Social é preparado e distribuído antes da consideração da transação proposta pelo Conselho de Diretores da IFC. Seu propósito é melhorar a transparência das atividades da IFC, e este documento não deve ser interpretado como estando presumindo o resultado da decisão do Conselho de Diretores. As datas do Conselho de Administração são somente estimativas. Qualquer documentação que esteja anexada a este Resumo da Revisão Ambiental e Social foi preparada pelo patrocinador do projeto e foi dada por ele a autorização para a disseminação para o público. A IFC revisou esta documentação e considera que ela é de qualidade adequada para ser disseminada para o público porém não endossa seu conteúdo.

Identificação do Projeto:

<i>País:</i> Brasil	<i>Nome do Projeto:</i> BERTIN LTDA.	<i>Nº do Projeto:</i> 23792
<i>Região:</i> LAC	<i>Categoria do Ambiente:</i> A - Significante	
<i>Depto./ Divisão:</i> CAGDR – Negócios Agrícolas / Departamento de Negócios Agrícolas	<i>Nome da Companhia:</i> BERTIN (525903)	
<i>Setor de Negócios do Projeto:</i> F-AG- Abate e Processamento de Animais	<i>Estado do Projeto:</i> Ativo.	

Identificação do Projeto Original:

ID Original:	
Nome Abreviado Original:	
Relação Original:	Nenhuma relação

Requisitos de Disseminação da IFC:

Data em que a ESRS foi enviada para a InfoShop e colocada no website da IFC:	
--	--

Data da revisão (se apropriada):	
Data da liberação pelo cliente para precisão factual:	
Data da Disseminação Local:	
Data da Disseminação Local da ESRS revisada	

Informações Reveladas:

O conjunto completo de documentação de Categoria A a respeito da BERTIN LTDA está disponível no Infoshop do Banco Mundial (World Bank).

Para disseminação local (em Português):

- Resumo da Revisão Ambiental e Social
- Resumo Executivo da ESIA/ESAP para o matadouro de Marabá.
- Texto completo do ESIA/ ESAP
- Plano de Ação Corporativo
- IPDP para a comunidade indígena vizinha da planta da Pequena Central Hidroelétrica Sacre 2
- PCDP (Plano de Comunicação de Disseminação Pública)

Para disseminação na Infoshop (em Inglês) :

- Resumo da Revisão Ambiental e Social (ESRS)
- Resumo Executivo da ESIA/ ESAP para o matadouro de Marabá e sua cadeia de fornecimento de gado
- Plano de Ação Corporativo ("CAP")
- IPDP para a comunidade indígena vizinha da planta da Pequena Central Hidroelétrica Sacre 2
- PCDP (Plano de Comunicação de Disseminação Pública)

A documentação de disseminação em Inglês e Português também será publicada em no website da Bertin – www.bertin.com.br

Disponibilidade da Documentação Completa:

O conjunto completo da documentação de Categoria A está à disposição na Infoshop do Banco Mundial.(Acessar o link – <http://www.ifc.org/disclosure>)

1818 H. Street, N. W. Room J1-060
Washington, DC 20433
USA
Telephone: (202) –458-5454 (USA)
Fax: (202) 522-1500 (USA)
E-mail: pic@worldbank.org

Horário de Operação: 9:30 a.m. a 5:30 p.m. (de Segunda-feira a Sexta-feira)

O conjunto completo de documentação de Categoria A está também disponível localmente nos seguintes locais:

Lins (SP) – Sede do Grupo Bertin

Bertin Ltda
Parque Industrial
Caixa Postal 211
16404-110

Brasília – Escritório do Banco Mundial

Public Information Center
Contato com Vânia Amadeu
SCN. Qd. 2, Lt. A, Ed. Corporate Financial Center, Cj. 303/304
Brasília, DF 70712-900
Tel (61) 3329 1000
Fax (61) 3329 1010

Belém – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66095-770. Belém-PA.

Marabá – Biblioteca da Universidade Federal do Pará

Campus Universitário, Folha 17, Quadra e Lote Especiais, Campus II, UFPA, Cep 68501-970, Marabá, PA

Marabá – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Contato com Antônio Rosa
Av. Transamazônica 21 a 23, andar superior, Cidade Nova, Marabá, PA, Cep 68501-001.

Visão Geral do Alcance da Revisão da IFC:

A revisão pela IFC desse projeto de Categoria A consistiu na avaliação de informações técnicas, ambientais, de saúde ocupacional e de segurança e desenvolvimento social apresentadas pelo Patrocinador do projeto, inclusive a revisão de:

- Documentação fornecida pelo patrocinador a respeito de suas operações em todo o Brasil e de um curtiço, que está atualmente em construção na China.

- As seguintes visitas às diversas unidades da corporação que foram realizadas pelos especialistas sociais e ambientais:
 - Instalações da Bertin no Estado de São Paulo (Novembro de 2004 e Maio de 2006)
 - Matadouro e fornecedores de Marabá, primeira consulta pública (Abril de 2006)
 - Usinas e fazendas de Bertin em Mato Grosso do Sul e Goiás (Maio – Junho de 2006).
 - Sacre 2 – Pequena Unidade Hidroelétrica (Junho de 2006)
 - Curtumes e fábricas de sapato de Bertin no Pará; consulta pública final (Julho de 2006)
 - Matadouro de Bertin na China (Setembro de 2006).
- Em resultado da revisão no escritório e das visitas ao canteiro de obras um Plano de Ação Corporativo (“CAP”) foi preparado para abordar as várias questões identificadas.
- Avaliação de Impacto Ambiental e Social (“ESIA”) do seu matadouro de Marabá e sua cadeia de fornecedores de criadores de gado, e o correspondente Plano de Ação Ambiental (“ESAP”).
- Plano de Desenvolvimento de Povos Indígenas (“IPDP”) para a usina hidroelétrica Sacre 2.
- Plano de Consulta Pública e Disseminação (“PCDP”).

Descrição do Projeto:

Um programa de expansão e modernização no valor de US\$ 424 milhões para o período de 2005 – 2007 que inclui: (i) aumento da capacidade de abate em 82% em 2007, incluindo dobrar a capacidade do matadouro de Marabá; (ii) mudar a produção para produtos de valor agregado em carne de gado, couro e outros produtos derivados; (iii) alavancagem do valor da marca Bertin, da logística e da base de clientes para a obtenção de aquisições seletivas; e (iv) estabelecer um sistema de auditoria independente e rastreabilidade para a compra de gado para assegurar a conformidade com os padrões ambientais e sociais do Banco Mundial e da IFC bem como com os regulamentos federais e estaduais brasileiros. O programa de investimento inclui atualizações em tecnologia da informação, contabilidade de custos e sistemas de administração, pesquisa e desenvolvimento. O investimento será aplicado através de vários estados brasileiros onde a Bertin opera (o “Projeto”).

Padrões de Desempenho Aplicáveis Identificados:

- PS1. Sistemas de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental.*
- PS2. Trabalho e Condições de Trabalho.*
- PS3. Prevenção e Redução de Poluição.*
- PS4. Segurança e Saúde na Comunidade.*
- PS5. Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário.*
- PS6. Preservação Biodiversidade e Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais.*
- PS7. Povos Indígenas.*
- PS8. Patrimônio Cultural.*

Argumentação sobre a Categorização Ambiental e Social:

Em resultado da compra pela Bertin do seu matadouro conforme descrito pela legislação brasileira), descobriu-se que os impactos potenciais dos fornecedores de gado da Bertin podem ser significativos e sem precedentes em termos do financiamento pela IFC na região amazônica. Questões críticas incluem o aumento de resíduos relacionados à dobrar a capacidade do matadouro de marabá e questões potencialmente associadas à cadeia de fornecedores de gado, tal como desmatamento ilegal, trabalho escravo, grilagem e violência agrária.

Descrição de Questões Chaves Ambientais e Sociais e Atenuação:

A empresa patrocinadora apresentou planos para abordar esses impactos para assegurar que o projeto proposto, após a implementação das medidas específicas acordadas, atenderá aos requisitos ambientais e sociais – às leis e regulamentos do país anfitrião e às políticas ambientais e sociais e com as diretrizes ambientais, de saúde e de segurança do Banco Mundial e da IFC. As informações a respeito de como esses impactos potenciais serão abordados pelo patrocinador/ projeto estão resumidas nos parágrafos a seguir:

- *PS1. Sistemas de Avaliação e Administração Sociais e Ambientais.* A capacidade da Bertin de realizar o gerenciamento ambiental e social adequada de suas operações em todo o Brasil foi revisada. A companhia contratou uma Avaliação de Impacto Ambiental e Social (“ESIA”) do seu matadouro de Marabá e da correspondente cadeia de fornecedores. Isso resultou em diversas ações administrativas que a Bertin se comprometeu a implantar (vide o resumo do ESAP em anexo). Também, a companhia se comprometeu a fortalecer sua estrutura operacional e a desenvolver um Sistema de Administração Ambiental e Social em conformidade com o Plano de Ação Corporativo (“CAP”) em anexo. O empréstimo da Bertin terá um impacto de desenvolvimento positivo para a região de Marabá, gerando oportunidades de emprego, rendas de impostos, diversificação da economia do Estado e dinamização da cadeia de produção de carne. Entretanto, para assegurar que os atores locais mais socialmente vulneráveis na região também irão se beneficiar e não perder, no que concerne aos requisitos ambientais e sociais, o fornecimento de gado pode tornar-se mais rigoroso e

os preços das terras poderão aumentar com o tempo, medidas de mitigação e voluntárias serão aplicadas (vide proposta da ESAP e Assistência Técnica).

- *PS2. Condições Ocupacionais e de Trabalho.* A saúde ocupacional e a segurança e o trabalho são uma consideração importante nas fábricas industriais da Bertin. Os padrões de saúde e ocupacionais da Bertin são elevados e plenamente concordantes com os requisitos governamentais. Em certas regiões do Brasil onde a Bertin opera, tal como o Estado do Pará, a preocupação central é garantir que a prática do trabalho escravo não ocorra na cadeia de fornecedores de gado..A companhia está comprometida a revisar seus procedimentos de compra de gado para evitar comprar gado de fazendeiros que estão na “lista suja” no que diz respeito a trabalho escravo.
- *PS3. Redução e Prevenção da Poluição.* Os matadouros e curtumes podem produzir emissões e odores, bem como descargas de águas servidas que podem conter altas concentrações de material orgânico. As emissões para o ar da Bertin não são significativas, mas a companhia tem meios apropriados para verificar qualquer desvio em relação à norma. A Bertin tem um programa de investimentos adequado para aprimorar suas instalações de tratamento de águas servidas até alcançar os padrões da IFC. Os investimentos da Bertin também incluem a construção de um digestor de lodo de esgoto para reduzir a carga orgânica do resíduo e gerar biogás, o que auxiliará no seu fornecimento de energia.
- *PS4. Saúde e Segurança da Comunidade.* As questões de saúde da comunidade envolvem riscos de contaminação biológica e outras emergências, que são tratadas adequadamente pela Bertin. A segurança é uma questão que preocupa, uma vez que a Bertin e seus fornecedores têm que gerenciar o risco de ocupações por movimentos de trabalhadores rurais sem terra em várias de suas instalações. A Bertin concordou em seguir os princípios de proporcionalidade no uso de forças de segurança, também encorajando seus fornecedores a melhorar suas performances nesse aspecto não comprando gado de fazendeiros condenados por crime relacionado à violência agrária e violações de direitos humanos. .
- *PS5. Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário.* As questões da aquisição ilegal de terras e da posse da terra são endêmicas em várias regiões do Brasil, principalmente no Estado do Pará. Inúmeros fazendeiros da cadeia de fornecedores da Bertin não têm direitos legais de titulação das suas terras ou têm documentos fraudulentos. Os próprios títulos de terras de fazendas da Bertin foram revisados pelos advogados da IFC e estão em ordem. Os novos procedimentos de compra da Bertin incluirão uma proibição para a compra de gado de fazendeiros que tenham sido condenados por comportamentos impróprios com relação à aquisição e manutenção da posse de terras.
- *PS6. Conservação da Biodiversidade.* O Estado do Pará, onde a Bertin tem um matadouro e dois curtumes, fica na região amazônica, onde a proteção da

biodiversidade é uma prioridade. Como parte dos seus novos comportamentos de compra, a Bertin acordou implantar várias ações administrativas para reduzir o risco de novas e passadas ações de devastação florestal por parte dos seus fornecedores de gado.

- *PS7. Povos Indígenas.* A “ESIA” mapeou as reservas de diversos povos indígenas na área de influência de sua usina de Marabá que estão bem estabelecidas e protegidas, no momento não afetadas por atividades pecuárias. Medidas de precaução serão instaladas no procedimento de compra de gado, para evitar interferência futura em terras indígenas por parte dos fornecedores de gado. Também, na área de influência de uma pequena unidade hidroelétrica de propriedade da Bertin, a Sacre 2, existe uma reserva indígena. Não foi necessário reassentamento para se proteger a reserva, mas a Bertin está preparando um Plano de Desenvolvimento para Povos Indígenas para a Sacre 2, como requerido pela IFC.
- *PS8. Herança Cultural.* Também na PCH Sacre 2 foram encontrados diversos artefatos arqueológicos. A Bertin, em coordenação com as autoridades brasileiras pertinentes, tomou providências para sua coleta e preservação, o que foi feito de forma satisfatória. Os artefatos serão colocados num Museu estabelecido em Campo Novo do Parecis e prevê-se que os índios serão beneficiados como de direito.

Engajamento da Comunidade de Clientes:

A empresa Patrocinadora realizou um amplo processo de consulta pública em toda a área de influência do projeto, localmente, no Estado do Pará e nacionalmente. Entrevistas preliminares foram realizadas com todos as entidades não-governamentais, governamentais e movimentos sociais, logo no início, para apresentação da proposta do projeto e coleta de impressões iniciais. Em Marabá ocorreram as três grandes consultas públicas, uma ao início dos estudos ambientais e sociais (Maio 2006) para apresentação do projeto e lançamento das reuniões sub-regionais de consulta, uma para discutir resultados preliminares e outra para apresentar e discutir os resultados do estudo e as medidas de mitigação propostas (Outubro 2006). As consultas sub-regionais aconteceram na área de influência do projeto no Sudeste do Pará (Eldorado dos Carajás, Paraupabas, São Domingos do Araguaia, Iupiranga) e Belém. As reuniões foram disseminadas com antecedência na mídia local (radio e jornais), além de terem sido enviados convites diretos para representantes de ONGs, agências governamentais e movimentos sociais. Algumas centenas de pessoas participaram destas reuniões, somando cerca de 40 entidades representativas engajadas no processo de consulta, entre governamentais e não-governamentais. Um relatório completo a respeito dessas atividades está apresentado na ESIA.

A empresa continuará se engajando com a comunidade e organizações não-governamentais em geral, de forma continuada, utilizando uma gama de

instrumentos de comunicação social, conforme descrito no PCDP (Plano de Comunicação e Disseminação). Este é um projeto de Categoria A que require verificação independente dos relatórios de monitoramento.

Outras informações podem ser encontradas no website da Patrocinadora: www.bertin.com.br ou no seguinte endereço.

Bertin Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º andar.
01452, São Paulo, SP, Brasil

Status da Aprovação:



Resumo Executivo

Apresentação

O estudo de “Avaliação Socioambiental do Frigorífico de Marabá – PA e da cadeia pecuária associada” ora resumido em seus principais aspectos e conclusões passou por sucessivas fases de maturação à medida que se avançava em três frentes: no conhecimento da vasta bibliografia disponível de diversas organizações competentes, nacionais e internacionais; na compreensão da realidade local, via entrevistas com entes institucionais que participam da história da densificação da cadeia pecuária no Sudeste Paraense; e, nas avaliações da organização da produção do Grupo Bertin, diversificada com multiplantas em diversas regiões do país.

De maneira geral, seguiram-se as linhas de investigação do Termo de Referência elaborado por técnicos do IFC, que sugeriram ênfase na avaliação dos impactos socioambientais provocados pela ampliação do Frigorífico, considerando, porém, suas relações com fornecedores, cujas propriedades estão situadas em Marabá e municípios vizinhos.

Com esse encadeamento, o relatório foi organizado em nove capítulos e diversos anexos, valorizando análises “do geral para o particular”, numa tentativa de se entender macros processos no âmbito da Amazônia e do Pará e o papel da pecuária como segmento produtivo estruturador.

Com esse referencial, seguiram-se análises de natureza coadjuvante, no sentido de se mostrar o aparato legal aplicável, acompanhadas de avaliação da governança que se pode dispor no Estado do Pará. Na sequência, impôs-se conhecer o objeto da avaliação, ou seja, o Frigorífico e seus Fornecedores, quer em termos físicos, com suas instalações e ampliações, quer em termos operacionais, com seus fluxos de animais.

Esse acúmulo de conhecimento permitiu focar resultados necessários para suprir o “base line” dos meios econômico, social e biofísico, com suas especificidades, mais ou menos vulneráveis em termos de características principais e ritmos de evolução.

Especial atenção foi dispensada ao levantamento de dados primários e secundários com o objetivo de qualificar a pressão sobre a potencial bacia da pecuária para as operações comerciais do Grupo Bertin. As análises decorrentes dessas informações foram transmitidas aos grupos de interesse locais e regionais que, com suas demandas, a maioria legítima, enriqueceram as conclusões para se agir em tempo hábil e aproveitar a oportunidade de se adicionar à região um elemento de transformação que, se bem conduzido, pode atingir novos padrões para a pecuária.

Simultaneamente, foi necessário antever o futuro até 2009 e 2014 (marcos temporais adotados), ou seja, como o quadro atual da pecuária poderia evoluir, contando para isso com pressupostos - compondo um quadro de comando e controle cada vez mais fortalecido - e hipóteses quantitativas sobre o ritmo que se espera de crescimento do rebanho.

Esse duplo tipo de resultado, atual e futuro, deu a base para se identificar e avaliar os impactos na ambiência das áreas de influência, entre a fase de transição e de operação. Já nessa fase puderam-se levantar as medidas de controle necessárias para minimizar efeitos adversos ou, ao contrário, propor aquelas de desenvolvimento.

Esses elementos permitiram configurar um Plano de Ação Socioambiental, contendo os Programas Socioambientais capazes, se bem monitorados, de colaborar gradativamente para um Modelo de Pecuária Sustentável.

O balanço entre os potenciais pontos positivos e negativos, assim como a diferenciação entre a dinâmica da atividade pecuária como um todo e o efeito marginal da ampliação do Frigorífico Bertin, esteve presente no raciocínio da equipe multidisciplinar que realizou os trabalhos, ora em campo, ora em gabinete, sempre de forma colaborativa e sinérgica.

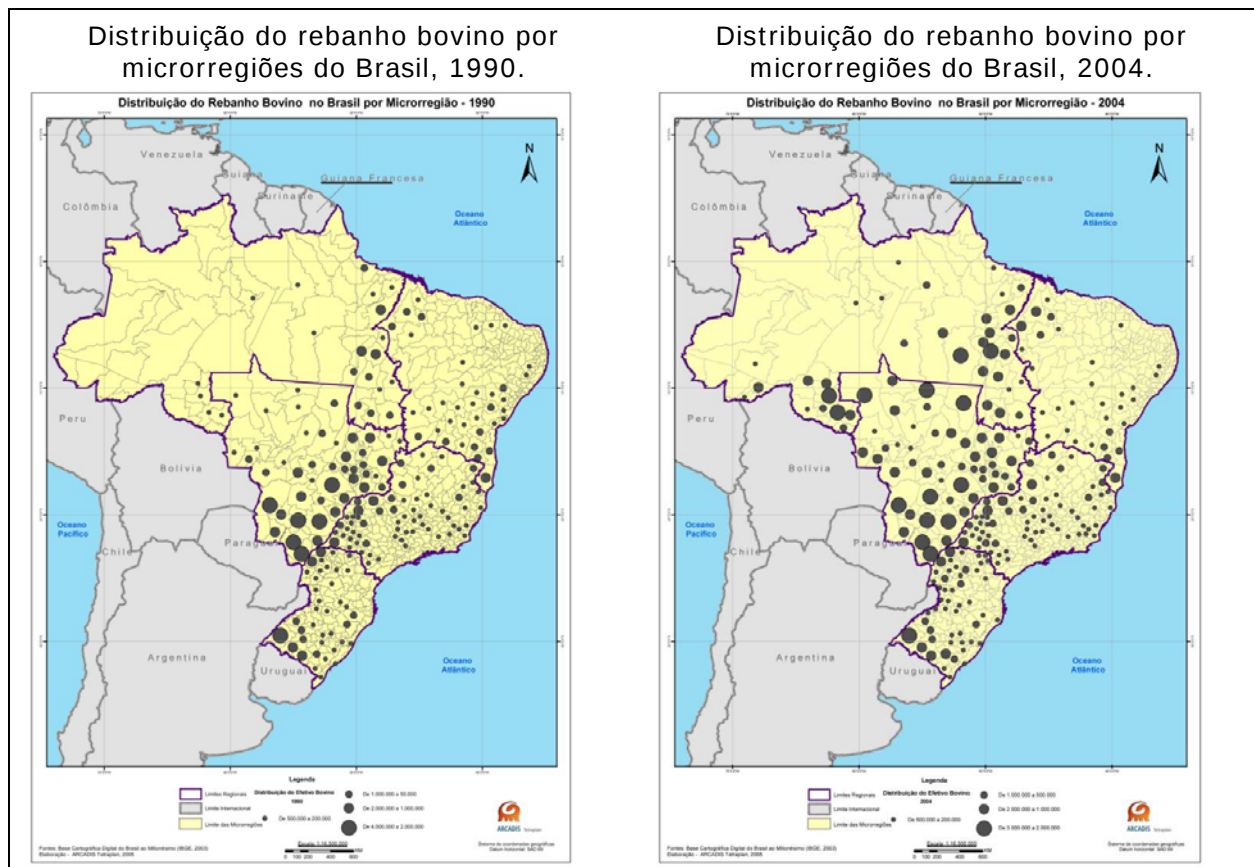
Nesse mesmo encadeamento de idéias e resultados, apresenta-se uma análise concatenada desses capítulos, numa tentativa de se oferecer logo no início do relatório um resumo executivo.

Desmatamento e a consolidação da pecuária na Amazônia

Até meados dos anos 60, a Amazônia apresentava baixa ocupação humana e reduzida capacidade de sustentação econômica para as atividades agropecuárias, quando passou, então, a ser percebida pelo governo nacional como solução para tensões sociais do país. Induzido por políticas dirigidas do Estado, a Amazônia assistiu à construção de diversas infra-estruturas de grande porte, por um lado, e a criação de diversos estímulos para a migração e sua ocupação demográfica.

Nas décadas seguintes, até finais dos anos 90, a ocupação intensificou-se, resultando na conversão para uso agropecuário de cerca de 600 mil km² de florestas, cuja integração, via apropriação privada das terras, nem sempre se deu de forma legal, problema ainda hoje vivenciado de modo significativo. Apesar de serem diversas as causas do desmatamento na Amazônia, entre elas a exploração madeireira predatória, os assentamentos de reforma agrária, as atividades mineradoras, a pressão da agricultura e a melhoria de infra-estruturas, nos anos 90 cerca de 80% das áreas desmatadas foram ocupadas com pastagens (Piketty et. al., 2005).

Entre os anos de 1990 e 2004, o rebanho bovino se expandiu na Amazônia Legal a uma taxa média anual de 7,4%, ritmo de evolução cerca de três vezes maior que o observado para o Brasil como um todo, da ordem de 2,4% (IBGE). Os números observados no estudo balizam a dinâmica do direcionamento da pecuária no País, oferecendo clara sinalização do movimento em direção a alguns Estados da Amazônia Legal, conforme ilustram os mapas a seguir.



Fonte: IBGE, PPM 1990 e 2004. Elaboração: ARCADIS Tetraplan

São vários os motivos que explicam a chegada e a expansão da pecuária na Amazônia, em geral, e no sudeste do Pará, em particular. Entre estes motivos, mencionam-se a existência segura de mercados e cadeias produtivas bem organizadas, o baixo preço da terra, a eficácia no manejo das pastagens de capim-braquiário e a alta produtividade de pastagem advinda do processo de mineralização de nutrientes da floresta, a existência de créditos favoráveis via Fundo Constitucional do Norte – FNO e a baixa aplicação do código florestal (Piketti et. al., 2005 e Arima et. al., 2005).

Além da força da pecuária, agregam-se vantagens locacionais de natureza estrutural para encadear-se com frigoríficos e outras atividades produtivas, densificando-se fortes relações de produção e formando cadeias produtivas.

O DEBATE ATUAL

A região da Amazônia brasileira assiste na entrada do século XXI a um debate profundo acerca do seu futuro e do modelo de desenvolvimento que deve ser seguido, considerando suas potencialidades e sua riqueza natural, bem como suas necessidades locais e suas funções globais.

Neste debate, a atividade pecuária aparece como uma das protagonistas, dado que é muito intensiva no uso do território. Visto que 80% da área desmatada da Amazônia foi ocupada por pastagens, quer seja ela própria o motivo maior do desmatamento, quer se aproveite de áreas desmatadas para outros fins, a atividade pecuária assume, direta ou indiretamente, grande responsabilidade por parte da degradação vista na Amazônia.

Se, por um lado, a pecuária carrega associada uma série de impactos negativos, por outro, contribui para a geração de emprego e renda e para a estruturação do território. Essa dualidade representa o que está por trás do debate atual, no qual se busca entender todos os elementos e variáveis envolvidos e chegar-se a uma solução de compromisso entre crescimento econômico e conservação ambiental, que é, em última instância, o que se entende por desenvolvimento sustentável. Esta solução baseia-se no entendimento do que está em “jogo” e o que se ganha e o que se perde em qualquer uma das decisões assumidas, ou seja, no entendimento dos *trade-offs*.

A concepção que está por trás deste estudo é a de que a pecuária é um processo dado na Amazônia, e nesta região do Pará especificamente, e que apresenta uma dinâmica difícil de ser revertida. Acredita-se, portanto, que a solução para os conflitos e debates atuais, e para o futuro da pecuária na Amazônia, consiste na compreensão dos valores existentes e nos possíveis *trade-offs* que podem ocorrer.

Legislação Socioambiental

A continuidade da expansão da atividade pecuária, no contexto atual da região amazônica, onde ganha importância o debate acerca do seu desenvolvimento futuro, depende em grande medida da aplicabilidade e respeito à legislação existente. Assim, um dos pontos centrais da discussão no estudo é de que forma, em que prazo e com que nível de exigência se aplicará a legislação ambiental.

No caso específico da expansão do Frigorífico Bertin de Marabá e da cadeia pecuária associada, os aspectos legais de maior relevância estão relacionados à intervenção e uso dos espaços territoriais e recursos naturais de proteção especial, dada a natureza do empreendimento, reforçada por sua localização, na Amazônia Legal, que, em função da

biodiversidade que abriga, a Constituição Federal qualifica como patrimônio nacional e, como tal, está sujeita a regulação específica.

Neste sentido, aplica-se na região legislação específica sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP), as Unidades de Conservação (UC) e suas zonas de amortecimento (entorno de UCs) e corredores ecológicos (que interligam UCs), as florestas públicas, a área de reserva legal, que na Amazônia Legal corresponde a 80% da propriedade ou posse rural em área de floresta e 35% em área de cerrado e os recursos hídricos. Toda a legislação ambiental vigente na região foi analisada em detalhe no relatório final do estudo.

Da análise realizada, depreende-se que a legislação avança visando assegurar a conservação dos espaços e recursos naturais vinculados, de modo que as intervenções nas áreas especialmente protegidas, a depender da efetiva atuação institucional local, devem fortalecer a preservação ambiental, antevendo-se um cenário de desenvolvimento econômico restrito à zona de consolidação definida no Macrozoneamento Ecológico e Econômico.

Portanto, a aplicabilidade da legislação em questão é ampla, garantida em nível federal, estadual e municipal, em graus de restritividade diferenciados, como prevêm os princípios de direito ambiental. Entretanto, a eficácia dos instrumentos legais depende da efetividade das ações regulamentares e fiscalizatórias do Poder Público e da força da articulação da sociedade civil por meio das organizações não governamentais atuantes na região.

A QUESTÃO DA FEBRE AFTOSA

No quadro internacional e nacional, considerando o fluxo de comercialização de bovinos e bubalinos e as práticas de organização da pecuária bovina predominantes na região, o Estado do Pará foi dividido em três áreas geográficas para efeito de execução do Plano Nacional de Erradicação de Febre Aftosa – PNEFA, conforme mapa abaixo.

A Área 1 representa a região centro-sul do Estado do Pará e já é reconhecida como zona livre pelo MAPA¹, podendo comercializar carne para outros Estados do Brasil. Atualmente, o governo brasileiro está pleiteando o reconhecimento pelo OIE² desta área como zona livre, mediante a obrigatoriedade de vacinação, o que possibilitará a região exportar para países mais exigentes. O relatório foi encaminhado para o OIE em maio de 2006 e aguarda o resultado final de sua análise para setembro de 2006.

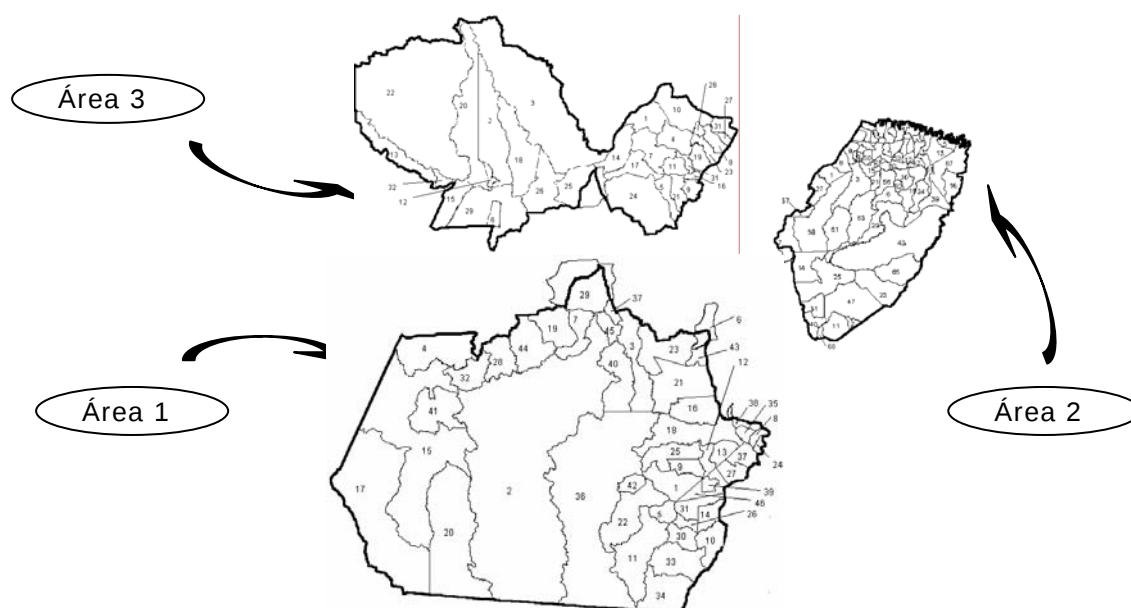
As áreas 2 e 3 são classificadas, respectivamente, como de Médio Risco e de Alto Risco para Febre Aftosa.

De qualquer forma, antevê-se que o controle da febre aftosa nas principais regiões produtoras da Amazônia tenha efeito expressivo nas exportações dessa região e, especialmente, do Sudeste Paraense.

Mapa Ilustrativo das Zonas de Controle da Febre Aftosa no Pará

¹ Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

² Escritório Internacional de Epizootias.



O Grupo Bertin e o Frigorífico de Marabá

O Grupo Bertin é uma holding de capital 100% nacional que atua nos segmentos de agroindústria e infra-estrutura e está próximo a completar 30 anos de mercado. Sediado no Estado de São Paulo, possui 28 unidades produtivas distribuídas pelo Brasil, onde operam 20 mil colaboradores diretos. Com marcas fortes que propiciam ao consumidor avanço em produtos e serviços, a corporação atende o mercado interno e mais de 80 países, nos cinco continentes.

Na agroindústria, o Grupo Bertin apostou no aproveitamento total da cadeia bovina. Seguindo a estratégia da verticalização, a empresa mantém um conglomerado industrial focado em nove divisões de negócio: Agropecuária, Alimentos, Biodiesel, Cosméticos, Couros, Dog Toy, Equipamentos de Proteção Individual, Higiene e Limpeza e Higienização Industrial. Já no segmento de infra-estrutura, a companhia está estabelecida nas áreas de Construção Civil, Saneamento Básico, Energia e Transporte.

O setor de alimentos, o mais representativo, é responsável por mais de 22% das exportações brasileiras de carne bovina, o que lhe confere a posição atual na balança comercial de *maior exportador do Brasil*.

A divisão de alimentos possui sete unidades industriais, localizadas nos Estados de São Paulo (Lins e Votuporanga), Mato Grosso do Sul (Naviraí), Minas Gerais (Ituiutaba), Goiás (Mozarlândia), Bahia (Itapetinga) e Pará (Marabá), abatendo em média 6.000 bois diariamente.

A planta de Marabá foi adquirida pelo Grupo no início de 2005 e em sua operação atual possui uma capacidade de abate instalada de 800 animais/dia, mantendo relações comerciais com cerca de 1.000 fazendas fornecedoras. O projeto de expansão prevê a ampliação da capacidade de abate para 1.600 animais/dia.

Apesar de não serem de propriedade do Grupo Bertin, considera-se que as fazendas fornecedoras de animais para abate estão integradas à ampliação do Frigorífico. Sobre tais estabelecimentos, o Grupo não tem ação deliberativa sobre o uso e ocupação de seus espaços, ou sobre a apropriação dos seus recursos naturais, mas entende-se como integrante dos elos de uma cadeia à medida que mantém relação de compra e venda com determinado grau de importância.

Em termos de instalações integrantes, além das fabris, incluem-se o sistema de tratamento de efluentes e a infra-estrutura de apoio ou as utilidades - energia, água, rodovias/estradas mais utilizadas.

Considerando-se sua localização na Amazônia, ainda que em porção territorial fortemente antropizada, o Bertin reconhece que é importante estrategicamente estabelecer um sistema produtivo e de gestão socioambiental que minimize em suas operações diretas ou com os fornecedores da sua cadeia associada, possibilidades de impactos sociais ou ambientais negativos em suas áreas de influência. Essa preocupação traduz o principal objetivo deste projeto.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

À luz dessas características o Frigorífico está adequado quanto às licenças ambientais exigidas. A Licença de Operação (nº 1402/05) para a atividade de abate de bovinos e a Licença de Instalação (nº 0069/06) para a ampliação do frigorífico e redimensionamento da estação de tratamento de efluentes foram expedidas pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado do Pará e apresentam-se dentro do prazo de validade.

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA E DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

Em relação aos sistemas de abastecimento e tratamento de água, o Frigorífico Bertin de Marabá, tem como fonte de abastecimento uma lagoa natural. Durante o período de junho a dezembro (época de estiagem), é necessário abastecê-la utilizando-se recursos hídricos do Rio Tocantins, captados por meio de depressão. Há também três poços artesianos para o consumo humano, banheiros e refeitório.

Atualmente, utiliza-se em torno de 2.000 litros de água por animal abatido. Esse cálculo corresponde à água utilizada na indústria, abrangendo as atividades de lavagem dos animais e carcaças, bem como a higienização de equipamentos e funcionários. Na situação futura estima-se um consumo diário em torno de 3.200 m³ de água.

O tratamento utilizado nesse processo consiste em uma *Estação Compacta de Tratamento de Água Metálica*, com funcionamento sob pressão, decantação acelerada, lodo suspenso, compreendendo as seguintes fases:

- *Dispersor Hidráulico*: destinado a proporcionar a rápida mistura dos reagentes com a água bruta a tratar;
- *Floculador, Decantador Tubular Sob Pressão*: destinado à coagulação e remoção dos flocos pelo processo de lodos suspensos;
- *Filtro de Areia Dupla Ação*: para filtração de água proveniente do decantador;
- *Dosagem de Produtos Químicos*: é utilizado sulfato de alumínio, álcali, hipoclorito de sódio e polieletrólito para facilitar a separação dos sólidos sedimentáveis e suspensos, além de eliminar possíveis contaminações pela presença de bactérias, vírus e outros tipos patogênicos existentes.

O sistema atual de tratamento de efluentes líquidos compreende as seguintes etapas:

- Caixa Receptora (tanque de equalização/bombeamento)
- Peneira Estática
- Lagoa Anaeróbica (Lagoas 1, 2 e 3)
- Lagoa Facultativa (Lagoa 4)
- Lagoa de Polimento (Lagoa 5)

Os efluentes são encaminhados para o Sistema de Tratamento via canaletas e tubulações, chegando à caixa receptora que recebe a linha verde e a linha vermelha, onde os efluentes são bombeados para a peneira estática e, em seguida, para as cinco lagoas existentes: Anaeróbias (3), Facultativa (1) e de Polimento (1). Após as lagoas, os efluentes são lançados no Igarapé Limão, no Rio Itacaiúnas.

A operação do sistema futuro irá requerer monitoramento constante das características dos efluentes, o que possibilitará medidas necessárias no caso de não atendimento aos padrões de lançamento exigidos por lei.

EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO FRIGORÍFICO E ADAPTAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO

O Plano de Expansão do Grupo Bertin para a planta de Marabá, consiste no aumento da capacidade de abate, evoluindo gradativamente de 800 para 1.600 cabeças/dia.

Em termos de empregos formais, atualmente são absorvidos 1.023 funcionários, sendo 920 ativos e 103 afastados por motivos diversos. Prevê-se na ampliação totalizar 1.200 empregos diretos, significando 177 novos empregos. Esta futura contratação irá absorver mão-de-obra local, de modo a internalizar efeitos benéficos na região.

Em função da ampliação, a estação de tratamento de efluentes líquidos atual será redimensionada, compondo-se de duas linhas distintas de tratamento: para os resíduos sólidos existentes no efluente bruto, onde serão removidos e separados por etapas físicas, e assim tratados, e para as águas residuárias, já com os sólidos removidos.

No tratamento das águas residuárias estão previstas:

- *Ampliação da Caixa de Recepção das Águas Residuárias:* estabilidade de entrada do efluente a ser tratado, evitando assim variações de vazões e carga orgânica;
- *Substituição das Peneiras Estáticas existentes:* remover os sólidos existentes, facilitando a estabilização da matéria orgânica pelos processos biológicos posteriores, assim como evitar problemas de entupimentos de bombas e tubulações existentes;
- *Construção de quatro Flotadores:* remoção de óleos e graxas e de partículas finas que eventualmente passarem pelas peneiras estáticas.
- *Desativação das três lagoas Anaeróbias:* substituição por dois biodigestores;
- *Construção de dois Biodigestores Anaeróbios:* eficiência de remoção de orgânicos deverá ser superior a 75%; redução de moscas, pois o sistema é fechado e diminui a geração de odores; redução na emissão de metano para a atmosfera, uma vez que o biogás gerado será queimado. As lagoas emitem, além do CO², o metano que tem maior efeito em aquecimento global que o CO², comparativamente; possibilidade de uso do biogás com agregação de vapor econômico.
- *Reforma e ampliação de duas das lagoas existentes:* as lagoas existentes de número 1, 2 e 3 serão substituídas por dois biodigestores anaeróbios com 7.000 m³ cada um. As Lagoas 4 e 5 serão reformadas e ampliadas para uma capacidade de 12.500 m³ e 14.020 m³, respectivamente.

A concepção do futuro sistema apresenta avanços importantes com relação ao sistema atual, destacando-se a substituição das lagoas anaeróbias por um sistema de biodigestores. Os biodigestores possibilitam drenagem e queima dos gases gerados na digestão anaeróbia, o que implica redução da emissão de odores e de gás metano, portanto menor impacto de incômodo com relação ao odor e menor potencial de emissão de gases de efeito estufa.

Nessas circunstâncias, o frigorífico irá passar por ampliações, no sentido de cumprir a legislação e, mais que isso, adaptar-se rumo a melhorias contínuas, tendo em vista tornar-se econômica, social e ambientalmente adequado, seguindo padrões desejáveis.

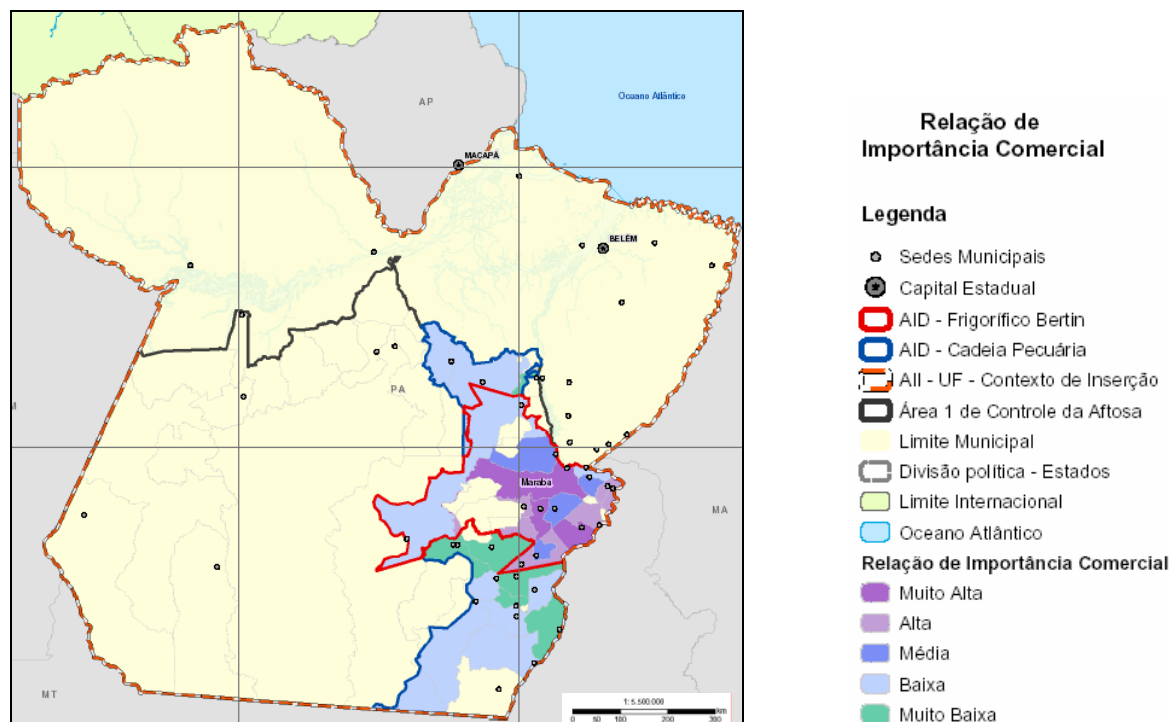
Áreas de Influência do Frigorífico e da Cadeia Pecuária Associada

DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Usualmente, e tal como prevê a legislação, a área de influência é delimitada em três âmbitos – Área de Influência Indireta (AII), Área de Influência Direta (AID) e Área Diretamente Afetada (ADA). Cada um desses subespaços recebe impactos nas fases de construção e operação do empreendimento, ora com relações causais diretas, ora indiretas, e daí a denominação, além da ADA onde se localiza o empreendimento propriamente dito.

A delimitação das áreas de influência do estudo em questão é peculiar, pois se trata da ampliação de um empreendimento pontual, mas com relações de dependência direta com uma extensa área, por onde se distribuem as fazendas fornecedoras de animais para abate. Além disso, existem condicionantes de natureza legal (como a questão das áreas livres da febre aftosa) que acabam interferindo em seus limites territoriais. Sendo assim, as áreas de influência foram delimitadas conforme segue:

Área de Influência	Critérios
Área Diretamente Afetada – ADA	Área onde se localiza o Frigorífico e sua área de ampliação, além de seu entorno próximo, como as vias de acesso, a vizinhança, o uso e ocupação do solo e o igarapé onde se despejam os efluentes tratados.
Área de Influência Direta (AID) do Frigorífico	▪ Distância (economicamente viável) máxima de 250 km; ▪ Alta relação comercial com o Frigorífico Bertin, determinada pela participação relativa do município no total de compras de animais do Frigorífico Bertin; ▪ Fazer parte da Área 1 de controle da aftosa e da área de consolidação determinada pelo MZEE; ▪ Vizinhos a Marabá, desde que cumpram com o critério anterior; ▪ Limites de Unidades de Conservação e Terras Indígenas.
Área de Influência Direta (AID) da Cadeia Pecuária	▪ Encontrar-se dentro da zona de consolidação do MZEE e da Área 1 de controle da aftosa; ▪ Localizado à leste do Parque Indígena do Xingu; ▪ Não ser vizinhos à Marabá; ▪ Média ou baixa relação comercial com o Frigorífico Bertin.
Área de Influência Indireta (AII)	Estado do Pará como um todo, já que é afetado indiretamente pela expansão dos frigoríficos, em particular, e da pecuária, em geral.



Os municípios que compõe a AID da Cadeia Pecuária e a AID do Frigorífico Bertin apresentam características bastante similares, onde a cadeia pecuária bovina aparece como o principal vetor de estruturação do território e de contribuição para a economia local. Para os propósitos deste estudo, a principal diferença que apresentam é a participação nas compras do Frigorífico Bertin. Os 16 municípios que fazem parte da AID do Frigorífico ofertaram 86,8% de todo o gado comprado pelo Bertin em 2005, enquanto que os 14 municípios da AID Cadeia Pecuária foram responsáveis por apenas 13,2%. No entanto, o Bertin comprou apenas 2,9% do rebanho existente nos municípios da AID do Frigorífico e tão somente 0,6% do rebanho existente nos municípios da AID da Cadeia Pecuária.

O principal motivo que determina o volume de compra do frigorífico em determinado município é a distância friccional. A partir de determinada distância, que ronda os 250 km, a compra de gado passa a ser pouco vantajosa em função do custo de transporte.

A Área de Influência Direta do empreendimento – considerando ambas, a AID do Frigorífico e a AID da Cadeia Pecuária – é uma região com alto grau de especialização produtiva na pecuária bovina, apresentando um dos maiores rebanhos do país e uma estrutura bem implementada de frigoríficos e matadouros que contribui para a consolidação da atividade, respondendo por quase três quartos da capacidade total do abate do Estado.

Como era de se esperar, a lógica locacional dos frigoríficos no Pará segue a distribuição territorial do rebanho bovino. Além da localização estratégica em termos de custo de transporte do gado entre as fazendas e o frigorífico, existe uma vantagem comparativa em relação aos fretes pagos para transporte de cargas ao exterior. Em comparação com os frigoríficos situados no Rio Grande do Sul, por exemplo, as exportações do Pará gastam 14 dias a menos de frete, com redução significativa de custos.

Com isso, encontra-se um capital físico instalado no limite da Amazônia Oriental onde se combinam áreas com vantagens locais, frente a diversos fatores de natureza econômica e validadas pelo MZEE do Pará.

PANORAMA ATUAL - SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E ECONOMIA

O conhecimento da situação atual da região, do ponto de vista social, ambiental e econômico, permite entender de que forma a ampliação da capacidade de abate do Frigorífico Bertin impactará na economia, na população e nos recursos naturais, entre outros aspectos, dando subsídios para se qualificar os impactos e para a proposição de medidas de controle adequadas.

Meio Biofísico

A região Sudeste Paraense, em geral, e a AID da Cadeia Pecuária, em particular, apresenta condições físicas propícias para a pecuária bovina. Apesar de o terreno apresentar colinas e morros, em geral de baixa declividade, e os solos predominantes apresentarem problemas relacionados à disponibilidade de nutrientes, e com susceptibilidade a erosões, é possível a implantação de pastagens e, consequentemente a criação de gado.

O clima tropical chuvoso favorece a pecuária, sendo caracterizado por temperaturas médias mensais sempre superiores a 18°C e por altos valores pluviométricos (da ordem de 2.090 mm/ano), com precipitações predominantemente do tipo convectivas, ou seja, em forma de pancadas de curta duração. O período chuvoso se estende de novembro a maio e o período de estiagem de junho a outubro e as temperaturas médias anuais máxima e mínima são de 31,7°C e 23,1°C respectivamente.

A AID é formada por uma densa rede hídrica e insere-se nas regiões hidrográficas Amazônica e do Tocantins-Araguaia, na confluência de 4 bacias hidrográficas. Em sua porção leste insere-se na bacia hidrográfica do Rio Xingu, em sua porção centro-oeste está inserida na bacia do Rio Tocantins, uma diminuta porção no sudoeste da AID se localiza na bacia do Rio Araguaia e, finalmente, em sua porção norte, a AID faz parte da bacia do Rio Pacajá.

A região de estudo apresenta-se bastante antropizada e, portanto, os remanescentes vegetais e espécies de fauna associada mais significativos encontram-se, de maneira geral, restritos às áreas legalmente protegidas. Quanto à vegetação, predomina na região o Bioma Amazônia, com encraves dos ecótonos Cerrado – Amazônia e a zona zoogeográfica da Bacia Amazônica denominada Pará 2.

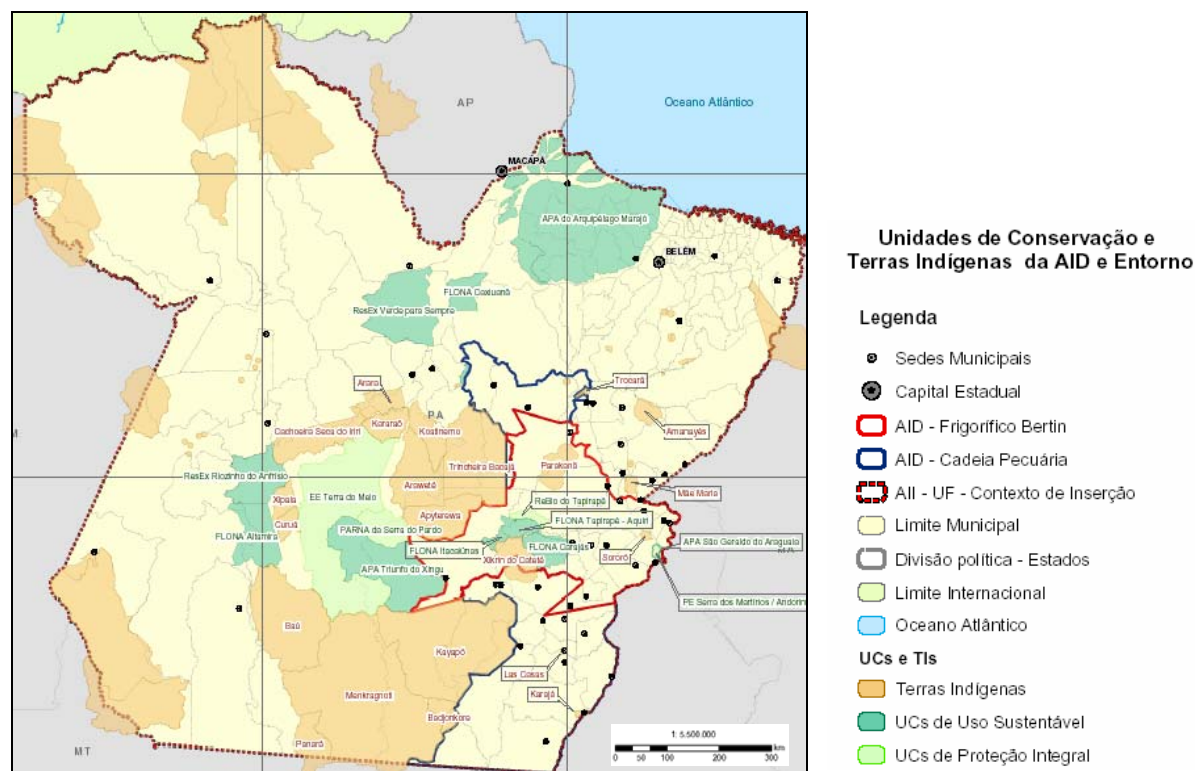
Dentre os critérios adotados para a delimitação da AID, observa-se, em sua porção oeste, uma barreira natural/institucional, ou seja, áreas com restrições legais quanto ao uso do solo, o que impede a sua livre ocupação. Essas áreas legalmente protegidas, denominadas Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs), restringem, ou pelo menos dificultam, a eventual expansão das áreas de pastagens sobre esses territórios.

Na área da AID considerada e no seu entorno, localizam-se 7 UCs, sendo 4 de Proteção Integral e 3 de Uso Sustentável e 7 TIs (ver mapa abaixo). Verifica-se que, apesar da fragilidade do sistema institucional na região, essas áreas apresentam alto grau de conservação, o que, em parte, evidencia a efetividade da criação dessas unidades no controle do avanço do desmatamento.

Ao mesmo tempo em que as UCs e TIs encontram-se preservadas, verifica-se que o Código Florestal não foi respeitado nas áreas produtivas dos municípios da região de estudo. O percentual de desmatamento, excluindo-se as áreas legalmente protegidas, nas quais se subentende que não haja desmatamento, atinge mais de 80% do território em 10 dos 16 municípios da AID do Frigorífico. Em alguns desses, como os municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, o percentual ultrapassa 95% do total do território. Isso significa que nestes municípios o tamanho médio da Reserva Legal das propriedades não chega a 20% de sua área.

Dois municípios se destacam nessa análise: São Félix do Xingu e Novo Repartimento (respectivamente 35,0% e 37,3% da sua área total desmatada, excluindo-se as áreas legalmente protegidas), sendo mais suscetíveis ao desmatamento por fazerem parte das novas fronteiras do Estado e possuírem grande parte do seu território coberto por florestas não protegidas legalmente.

Assim, o aumento da demanda por animais para abate, principalmente quando houver a abertura para o mercado externo, pode exercer pressão para o aumento de áreas de pasto nesses municípios. Portanto, é esperado que haja um eventual prolongamento do desmatamento no sentido norte (Novo Repartimento) e oeste (São Félix do Xingu). Espera-se que o MZEE do Estado do Pará, na sua fase atual de detalhamento, incorpore essas especificidades para que ocorra uma ocupação ordenada desses territórios, minimizando as perdas ambientais decorrentes desse processo.



Meio Socioeconômico

De forma focada, buscou-se avaliar a importância econômica relativa dos municípios da Área de Influência Direta - AID e, de forma encadeada seu reflexo no comportamento demográfico e nas condições de vida da população residente, tendo como base a utilização de dados secundários e as pesquisas de campo realizadas.

De maneira geral, predomina na região da AID, em termos relativos, comparando-se os municípios uns aos outros, um pequeno número de centros dinâmicos, com economias um pouco mais fortalecidas apenas nos municípios de Marabá e Parauapebas, em parte explicadas pela atividade minerária, e um grande número de municípios com economias frágeis e pouco articuladas.

Domina na região a baixa oferta de empregos, que se reflete no alto grau de informalidade e na má distribuição de renda. Com isso, os benefícios do crescimento econômico de um ou outro município, quando ocorre, ainda são absorvidos lentamente e de forma desigual pela população residente nos municípios da AID.

Ao se analisar as condições de vida da população residente, seja considerando a distribuição de renda monetária, seja a provisão de bens e serviços públicos (renda não monetária), as condições prevalentes na AID são adversas. Via de regra, coincidem com o comportamento demográfico da área, ou seja, os municípios que mais crescem são aqueles que possuem as melhores condições de vida no âmbito da AID.

A porção centro-oeste da AID apresenta as melhores condições socioeconômicas. A porção meridional da AID apresenta desempenho econômico mediano, com destaque para a expansão das atividades pecuárias, e condições sociais razoáveis, enquanto que a porção norte da AID também apresenta desempenho econômico mediano, concentrado na cadeia da pecuária, mas apresenta claras carências sociais. Essas carências são também verificadas em toda a porção leste da AID, onde os municípios apresentam economias municipais já bastante fragilizadas ou de sobrevivência, baseadas em geral nas atividades agropecuárias, refletidas em condições sociais mais deficientes.

Em linhas gerais o cenário social encontra-se em situação intermediária, embora caracterizado pela alta exclusão social, existente em todo o Estado do Pará, o que resulta em problemas sociais graves, relacionados a desrespeito aos direitos humanos, notadamente violência no campo, grilagem de terras e práticas de trabalho escravo em municípios do presente estudo, conforme se segue.

As questões sociais mais graves: desrespeito aos direitos humanos – conflito e violência no meio rural e trabalho escravo

A problemática que envolve os conflitos e a violência no Estado do Pará está diretamente relacionada à concentração de terras, em boa parte associada à prática da grilagem, em um Estado com mais de 30 milhões de hectares em situação irregular e/ou ilegal, onde se observam práticas criminosas de extração dos recursos naturais e expulsão de populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, etc. Esse quadro se agrava ainda mais devido à ocorrência de trabalho escravo, encontrado em vários segmentos produtivos da economia.

Salienta-se, também, que nas regiões mais isoladas e de difícil acesso o poder público funciona timidamente. Nessas regiões os grileiros, associados a madeireiros e pecuaristas, se constituem em importantes atores locais, num ambiente propício para a impunidade em nome da manutenção do poder e da acumulação econômica, que estão diretamente relacionados com a questão da violência.

Nas últimas décadas, os Sindicatos brasileiros e internacionais, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e também o Governo Brasileiro têm denunciado a existência de trabalhadores submetidos a trabalhos forçados em diversos setores da economia em várias regiões do Brasil.

Para enfrentar essa situação, o Ministério do Trabalho e Emprego criou, em dezembro de 2004, o Cadastro de Empregadores, que é, em realidade, um cadastro dos infratores conhecido como “Lista Suja”³. O objetivo da Lista Suja é informar à sociedade os nomes dos empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão, para que as instituições públicas e privadas e a sociedade civil adotem as medidas cabíveis em seus respectivos âmbitos de competência.

Na última atualização realizada pelo MTE, em 18/05/2006, a “Lista Suja” totalizava 133 empregadores rurais, com destaque para o Estado do Pará com 40% dessas ocorrências.

³ Disponibilizada periodicamente em: <http://www.mte.gov.br.lista>

A análise da “Lista Suja” aponta que a atividade pecuária está relacionada a 50% dos casos de trabalho escravo no Brasil e 52% no Estado do Pará, com incidência em todos os municípios da AID do estudo.

Por isso mesmo, o Pará é um dos principais alvos do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, que prevê ações específicas para o Estado, como a criação de Procuradorias da República nos municípios de São Félix do Xingu, Xinguará, Conceição do Araguaia e Redenção e instalação de Defensorias Públicas da União e Estados em municípios do Pará, entre outras.

Prevê-se, ainda, como metas de curto prazo, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 438/2001, que dispõe sobre a expropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo e o Projeto de Lei nº 2022/1996 que dispõe sobre as vedações à formalização de contratos com órgãos e entidades da administração pública e à participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços.

Por outro lado, destaque-se que no último dia 21/07/2006, o Diário Oficial da União publicou a portaria que institui a Comissão Interministerial de Combate a Violência no Campo – CNVC. O público alvo de suas ações serão os proprietários e trabalhadores rurais, populações ribeirinhas, remanescentes de quilombos e atingidos por barragens.

A CNVC foi criada pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça e do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Humanos com o objetivo de prevenir, combater e reduzir a violência no meio rural, e por em prática o “Plano Nacional de Combate a Violência no Campo”.

A questão fundiária

Na realidade do Pará, inúmeros são os desajustes de dados entre os órgãos que, aliados à falta de controle e fiscalização na demarcação das terras, propiciam falta de transparência e corrupção nos processos de regularização fundiária. Na prática, o sistema de registro único de terras ou mesmo o compartilhamento de informações entre os órgãos (INCRA e Receita Federal, por exemplo) não existe ou é precário, dando chance à corrupção, principalmente nos cartórios de registro imobiliário.

Nesse contexto, denomina-se grilagem a obtenção de posse ou de propriedade por meio ilícito, com a falsificação de documentos e o emprego de violência. Esse processo envolve, na maioria das vezes, a ação e conivência de grandes proprietários de terras, madeireiros, criadores de gado, especuladores imobiliários, políticos, empresas e órgãos públicos.

Apesar das iniciativas do Poder Público para investigar e tentar coibir as irregularidades, estudos e dados estatísticos demonstram que a região Norte é responsável por mais da metade da área grilada do país.

O relatório da CPI da Câmara dos Deputados, de 2002, aponta que dos mais de 124 milhões de hectares do Estado do Pará, apenas 40 milhões, cerca de 32,0% da área total, está nos cadastros oficiais do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), contra quase 68,0% irregulares. Das áreas cadastradas, cerca de 24 milhões de hectares estão em 26 mil propriedades e o restante (16 milhões ha.) está em 84.124 posses. Isso totaliza 111 mil imóveis cadastrados, sendo que cerca de 100 mil (90% do total cadastrado) têm áreas de até 500 hectares e detêm 7,3 milhões de hectares, correspondente a 18% da área cadastrada. Enquanto que 5.414 posses (6% do total), com área acima de 500 hectares, detêm mais de 10 milhões de hectares, ou seja, cerca 25% do total das áreas cadastradas, com concentração nos imóveis que possuem entre 2

e 5 mil hectares. O INCRA cancelou o registro de pelo menos 20,8 milhões de hectares divididos entre 422 fazendas no Pará.

Os aspectos mais relevantes relacionados à grilagem de terras, identificados em estudos e também com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário referem-se a: (i) sobreposição de terras griladas entre si; (ii) sobreposição de áreas griladas com terras públicas, reservas florestais e reservas indígenas; (iii) grilagem apenas “no papel”, consistente no uso de documentação falsa sobre terra fictícia em transações financeiras; (iv) terras griladas em áreas não propícias a assentamentos de reforma agrária (v) inconsistências no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA.

Do ponto de vista sócio-econômico, as denúncias sobre conflito de terras e grilagens envolvem trabalho escravo, expulsão de comunidades indígenas e tradicionais de suas áreas legalmente garantidas e assassinatos. Dados estatísticos mostram que o Pará tem o maior índice brasileiro de assassinatos ligados a conflitos agrários que não são investigados.

O processo de ocupação irregular de terras geralmente tem início com a exploração de florestas para extração ilegal de madeira, prática presente a mais de 40 anos na região. A retirada da cobertura vegetal dá lugar a pastagens para criação de gado. O avanço da pecuária, por sua vez, ocasiona a derrubada de florestas e a venda ilegal de madeira, completando o ciclo.

Algumas ações do Estado sobre a questão fundiária implicam: (i) o zoneamento ecológico-econômico como ferramenta para auxiliar a formulação de políticas públicas e diminuir o conflito no campo; (ii) a lei federal de Gestão de Florestas Públicas, de 2006, que busca proteger comunidades tradicionais e espaços protegidos; (iii) através do Plano Pará, que articula as políticas do Estado sobre regularização fundiária, ao executar o georreferenciamento, o INCRA pretende identificar e demarcar em definitivo as terras da União no Pará, mapeando irregularidades e regularizando ocupações em áreas públicas.

No que diz respeito às tentativas do INCRA em atualizar e regularizar o Cadastro, os encaminhamentos dão conta de que os conflitos de interesses entre os órgãos de controle de terras, cartórios imobiliários e proprietários de terras, aliados à ineficiência da máquina administrativa, impedem qualquer iniciativa que vise assegurar a aplicabilidade da legislação pertinente e a eficácia dos mecanismos de controle e fiscalização.

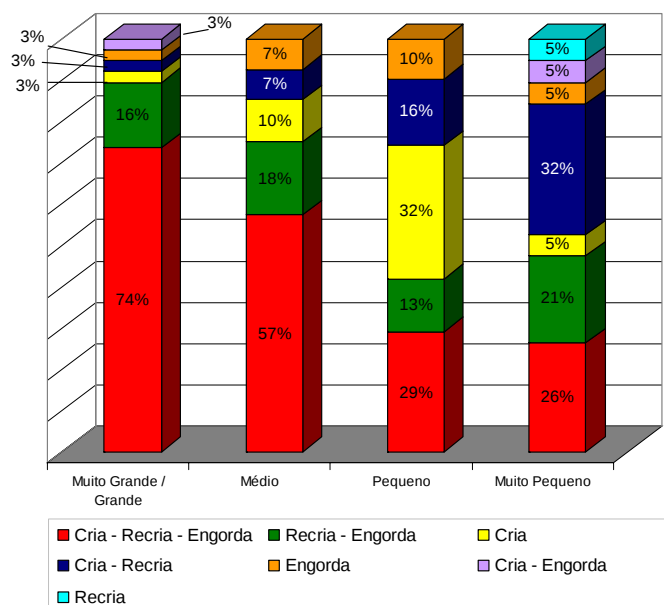
CARACTERÍSTICAS DA AID COMO RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada com a aplicação de 144 questionários aos proprietários, administradores ou arrendatários de terras, com o objetivo de captar as principais características e indicadores do sistema produtivo da pecuária na região.

Por meio destes questionários se identificou que é muito marcante a migração na região. Do total de entrevistados, 29,5% são naturais de Minas Gerais, 18,1% de Goiás, 12,5% do Maranhão, 7,6% do Tocantins e o restante 33,3% é original de diversos outros Estados, com predominância da região nordeste. Por outro lado, apenas 4,2% dos entrevistados são do Estado do Pará.

De acordo aos resultados da pesquisa, há uma predominância de empregados com carteira assinada (32%), seguido de bóias frias, diaristas ou empregados por empreita (juntos somam 24,6%). As respostas sinalizam um possível cumprimento de alguns direitos básicos, como previdência social e FGTS.

Considerando-se a atividade produtiva desenvolvida, 76% dos entrevistados dedicam-se à atividade pecuária, revelando a consolidação e a importância da pecuária como atividade econômica na região. Há, ainda, uma predominância da pecuária de corte em relação à leiteira, representando 53% e 23% do total, respectivamente.



A pecuária leiteira concentra-se entre pequenos e muito pequenos produtores que, normalmente, se unem formando cooperativas de leite ou produzem para a sua subsistência, sendo 40% dos pequenos produtores e 26% dos muito pequenos produtores os que afirmaram se dedicar à atividade leiteira. Os grandes e muito grandes produtores, por outro lado, praticamente não têm atividade leiteira (10%) em suas propriedades, mas esse percentual aumenta entre os médios produtores (23%).

Atividade Pecuária de Corte

De acordo à pesquisa de campo, a maioria dos produtores (51%) realiza o ciclo completo de produção, ou seja, dedica-se à cria, recria e engorda de seus animais. Isso significa que geralmente não compram bezerros de outros produtores, produzindo em sua própria propriedade o boi que será destinado ao abate. Sendo assim, quanto maior o percentual de ocorrência de ciclo completo de produção, menor a chance de ocorrência de comércio de animais interpropriedades e, da mesma forma, intermunicipais.

Já os produtores que realizam somente a cria e/ou recria somam 23% do total de entrevistados, e estes vendem os seus bezerros ou garrotes para que um terceiro produtor os engorde e venda para abate, ou seja, entre esses produtores deve haver um comércio além do limite das suas propriedades. Somente para comparar, os produtores que afirmaram que apenas recriam e/ou engordam animais, somam, também, 23% dos entrevistados.

A participação percentual do sistema de cria e recria aumenta à medida que diminui o tamanho das propriedades, ou seja, os bezerros produzidos nas pequenas e muito pequenas propriedades são normalmente vendidos para médios e grandes produtores recriarem e engordarem, o que tem relação com a pequena participação de pequenos produtores entre os fornecedores do Frigorífico Bertin.

Há uma predominância de animais da raça nelore (50%) em todos os tamanhos de produtores. Animais mestiços correspondem a 35% dos rebanhos municipais e, apesar de serem também utilizados para a produção de carne, não são raças especializadas para pecuária de corte. Normalmente o gado mestiço utilizado para corte constitui o subproduto da atividade leiteira, ou seja, são animais de descarte da atividade leiteira ou

são animais machos que são adquiridos para recria e engorda por médios/grandes e muito grandes produtores, devido ao menor preço se comparado ao gado de raça nelore.

De uma forma geral, observa-se que a produção pecuária na região não utiliza altas tecnologias e que o grau de tecnologia aumenta à medida que aumenta o tamanho dos produtores. Portanto, principalmente entre os médios, grandes e muito grandes, há possibilidade de implementação de técnicas de manejo que aumentem a produção pecuária como resultado da melhoria dos índices zootécnicos.

Ainda como resultado da pesquisa, detectou-se que cerca de 90% dos tipos de capins mencionados são espécies melhoradas, características de pastagens com potencial para serem intensificadas. Destacam-se, entre elas, a Braquiária brizantha (35%) e o Capim Mombaça (26%), espécies com alto potencial produtivo.

Adicionalmente, há uma predominância de piquetes grandes, variando em média entre 20 e 60 ha, independente do tamanho do produtor, o que é indicativo de manejo extensivo de pastagens e, portanto, pode-se inferir que há espaço na região para que se aumente o rebanho melhorando o manejo das pastagens, sem necessariamente ocorrerem novos desmatamentos.

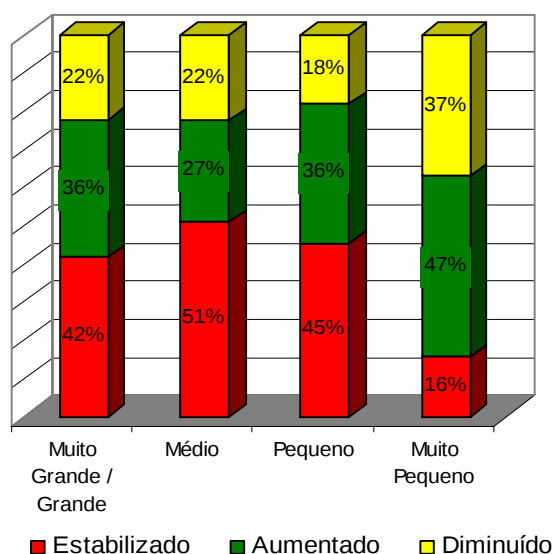
Apesar de, aparentemente, predominar um sistema de manejo extensivo da pastagem, 79% dos entrevistados afirmaram reformar as suas pastagens, embora ainda com grau de tecnologia baixo. A aplicação de calcário, fosfato ou adubação aparece com mais frequência entre os muito grandes e grandes produtores, mesmo assim sua utilização ainda é bastante reduzida.

Com relação ao uso de queimadas, cabe ressaltar que seu uso como forma de manutenção das pastagens não atinge 10% das propriedades, com exceção dos pequenos produtores, que em 20% dos casos utilizam esse sistema.

No que diz respeito à evolução dos rebanhos, a maioria dos entrevistados, com exceção dos muito pequenos produtores, afirma ter estabilizado os seus rebanhos, o que reflete que esses produtores atingiram a capacidade de suporte de suas propriedades e não estão mais realizando desmatamentos, ou por não possuírem mais áreas florestadas, ou por quererem preservar suas áreas de reserva legal e/ou APPs, ou, ainda, por receio da fiscalização dos Órgãos Públicos com atribuições ambientais.

O percentual de produtores que afirmou ter aumentado o seu rebanho é ainda elevado, da ordem de 47% para muito pequenos produtores, 36% para grandes/muito grandes e pequenos produtores, e 27% para médios produtores, explicando as altas taxas de crescimento do rebanho observadas nos últimos anos na região.

Dentre os produtores entrevistados, 85% responderam que uma elevação no preço da arroba ou um aumento no volume de vendas os levaria a aumentar o tamanho de seus rebanhos, sendo que 55% aumentariam o seu rebanho dentro de suas próprias propriedades, quase sempre por meio de recuperação de pastagens, enquanto que 39% disseram que adquiririam novas áreas, dando preferência para áreas já desmatadas e apenas 6% dos produtores afirmaram que adquiririam áreas florestadas.



Relações de Compra e Venda de Animais

De uma maneira geral as relações comerciais ocorrem dentro do próprio município, o que pode refletir o alto custo dos transportes, a precariedade das rodovias e o excesso de oferta de animais na região, entre outras razões.

Quanto às compras de animais, é interessante notar que dificilmente ocorrem além dos municípios da pesquisa e, quando ocorrem, normalmente se estabelecem entre municípios vizinhos. As vendas, ao contrário, ocorrem com maior frequência em outros municípios e, mais ainda, em outros Estados brasileiros. Esse fato se explica porque nas vendas de animais inclui-se também vendas para abate, sendo a região o grande centro de produção de gado do Estado, mas não um grande centro consumidor.

Além disso, a região caracteriza-se como um mercado ofertante de animais para abate, pois a capacidade nominal de abate instalada é insuficiente para absorver a oferta. Assim, é necessário vender animais para serem abatidos em outras localidades, como os Estados do nordeste brasileiro e outros municípios do Pará.

Essa análise corrobora as distâncias médias e máximas afirmadas para as movimentações de compra e venda de animais. As compras, que estão associadas principalmente à aquisição de animais para recria e engorda, são realizadas num raio médio de 86 km e máximo de 400 km. Já a distância das vendas, por incluírem as vendas de animais para abate em outros municípios e Estados, alcança um raio de 3.000 km, com média de 530 km.

O FRIGORÍFICO E SEU ENTORNO – ÁREA DIRETAMENTE AFETADA

A Análise da área diretamente afetada pela operação do Frigorífico Bertin - planta de Marabá – considera duas frentes principais, sendo elas:

- i) Análise de uso e ocupação do solo, restrita a um raio aproximado de 4 km a partir do centro do empreendimento, o que engloba qualquer impacto direto que a operação ou expansão do empreendimento possa causar.
- ii) Análise da Região Hidrográfica do Tocantins/Araguaia, mais especificamente a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, que poderá ser afetada pela liberação de efluentes pelo Frigorífico Bertin.

Uso e Ocupação do Solo

O Frigorífico Bertin encontra-se na Rodovia PA-150 a uma distância de 2,09 km da zona urbana e 1,8 km do Rio Itacaíunas. Quanto as principais vias de acesso tem-se a PA-150 e a Rodovia Transamazônica, que se encontra a 2,38 km, além de estradas não pavimentadas.

A área do entorno em análise apresenta situações bastante diversificadas de paisagem, resultante de categorias de uso antrópico e formações vegetais. São observadas áreas de pastagens, áreas de recuperação da vegetação, matas, além de núcleos industriais (guseiras) e urbanos, principalmente áreas comerciais.

Os remanescentes naturais encontram-se ao longo das planícies fluviais, ou seja, matas ciliares ao longo do Rio Itacaíunas e, também, numa área de floresta primária ao longo da PA-150.

No geral, há uma predominância de áreas rurais (pastagens) e de vegetação constituída basicamente por capoeiras, mata ciliar e vegetação típica de áreas que sofrem freqüentes alagamentos. A área rural é caracterizada pela presença de propriedades de médio e pequeno porte, voltadas basicamente para a produção pecuária (leite ou corte).

É importante ressaltar a presença, nas imediações do Frigorífico, do aterro sanitário municipal (sem o devido controle ambiental) e de um matadouro clandestino na Rodovia Transamazônica, situados respectivamente a 3,23 e 2,29 km do Frigorífico e a 2,45 e 0,48 km da zona urbana, e que estes podem estar afetando as condições ambientais no que se refere à poluição atmosférica, à poluição hídrica entre outras.

Sub-bacia receptora dos efluentes

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a região em estudo integra a Região Hidrográfica do Tocantins/Araguaia, mais especificamente, pertence a Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, com área de drenagem total de 967.059 km², abrangendo 11% do território nacional e 20,8% do Estado do Pará.

O município de Marabá, especificamente o Frigorífico Bertin, possui como corpo receptor o Córrego Igarapé Limão, afluente do Rio Itacaiúnas, que desemboca no Rio Tocantins depois de aproximados 7 km.

Processo de Participação Social

Conforme dito anteriormente, o processo de participação social foi um dos componentes estruturantes do estudo, visando captar as percepções dos diferentes grupos de interesse afetados, numa tentativa de garantir mecanismos democráticos e legítimos nos processos de tomada de decisão e construção de alinhamentos e consensos.

Nesse sentido, foram desenvolvidas atividades participativas presenciais nos principais momentos do projeto, entendidas e configurando a “Série de Consultas Públicas” – seminários e reuniões focais descentralizadas, realizadas em Marabá e em municípios selecionados do entorno.

O objetivo precípua foi o de informar e ouvir os diferentes públicos afetados ao Frigorífico e cadeia pecuária associada, tendo-se assim as seguintes direções:

- Ouvir - obter informações e recomendações;
- Construir consensos e/ou alinhamentos e ainda,
- Compartilhar resultados com grupos de interesse diretamente envolvidos com o Projeto.

Salienta-se que não se pretendeu buscar necessariamente um consenso entre as opiniões, mas de buscar elementos sobre perspectivas e desafios para se implementar na região sudeste do Pará um modelo de pecuária sustentável e, principalmente, identificar entre os posicionamentos insumos para articulações interinstitucionais.

Dentre as muitas metodologias de planejamento participativo existentes, optou-se por utilizar a pesquisa-ação participativa. A pesquisa-ação, segundo Thiollent (1985), “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Nesse sentido a ARCADIS Tetraplan, com a concordância do Grupo Bertin e do IFC, idealizou a realização da “Série de Consultas Públicas” em 4 (três) etapas sucessivas, conforme apresentado a seguir:

ETAPA 1: SEMINÁRIO DE ABERTURA

A primeira etapa ocorreu em 11/04/2006, com a realização do Seminário de Abertura “Modelo de Pecuária Sustentável – Perspectivas e Desafios para se implementar um Modelo de Pecuária Sustentável na Região Sudeste do Pará”, no Auditório da UFPA – Universidade Federal do Pará e contou com a participação 51 pessoas, representantes de diversos entes governamentais, como Secretaria da Produção – SEPROD, SEAGRI, EMBRAPA, Banco da Amazônia, ADEPARA, IBAMA - Marabá, Secretaria Municipal da Saúde, entre outras. E adicionalmente, com os entes não governamentais, tais como, IMAZON, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Sindicato dos Produtores Rurais, FUNDEPEC, FAEPA, entre outros. Houve uma efetiva participação dos presentes nas discussões do Seminário e uma expressiva demonstração de interesse em colaborar com o desenvolvimento dos trabalhos.

ETAPA 2: REUNIÕES FOCAIS DESCENTRALIZADAS

Considerando-se as características particulares da região e a necessidade de ampliar a discussão acerca do projeto para outros municípios além daquele onde está sediado o empreendimento, e ainda, em atenção à metodologia de pesquisa-ação participativa escolheu-se a técnica de grupos focais para condução desta segunda etapa.

A técnica de grupos focais pressupõe a formação grupos dirigidos de discussão, que visam produzir informação sobre um tema específico, a partir da composição de um conjunto de entes selecionados. O critério para a seleção dos integrantes do grupo é determinado pelos objetivos do estudo (WARD et. al., 1991).

Os grupos focais foram selecionados conforme sugestão de organizações locais, especificamente a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Sudeste do Pará – e a COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços – e também do próprio Grupo Bertin.

As reuniões focais ocorreram no mês de maio, nos seguintes municípios: Eldorado dos Carajás, Parauapebas, São Domingos do Araguaia, Itupiranga, Marabá e Belém.

Cabe destacar, que as reuniões realizadas foram de extrema importância para a o estabelecimento dos parâmetros iniciais do relacionamento do Grupo Bertin com as organizações sociais, lideranças locais, atores da cadeia produtiva da pecuária, agricultores familiares e comunidade local, tendo sido possível apreender as expectativas, dificuldades e sugestões desses agentes frente ao projeto proposto pelo Grupo.

ETAPA 3: SEMINÁRIO CONCLUSIVO DA SÉRIE DE CONSULTAS PÚBLICAS

A terceira etapa ocorreu em 06/07/2006, com a realização do “Seminário de Apresentação dos Resultados da Série de Consultas Públicas”, no Hotel Vale do Tocantins em Marabá/PA e contou com a participação 56 pessoas, representantes de diversos entes governamentais, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Universidade Federal do Pará – UFPA; Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ; Conselho Municipal de Meio Ambiente – Marabá; Conselho Municipal de Saúde – Marabá; Federação da Agricultura do Estado do Pará- FAEPA; CREA – PA; Comitê Municipal de Sanidade Animal – COMUSA; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá; Produtores Rurais da Região; COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços; TORTUGA, Trainner Recursos Humanos; Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT; TV Record e TV Bandeirantes, entre outros.

O Seminário foi conduzido com a apresentação dos resultados obtidos nas etapas I e II e posteriormente com a realização de um debate orientado com dinâmica de grupo. As contribuições e subsídios dos participantes foram sistematizados, e algumas incorporadas aos programas do Plano de Ação Socioambiental.

ETAPA 4: SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DO ESTUDO

A quarta etapa ocorreu em 19/10/2006, com a realização do “Seminário de Apresentação de Resultados – Apresentação dos Programas Socioambientais”, no Hotel Vale do Tocantins em Marabá/PA e contou com a participação 44 pessoas, representantes de diversos entes governamentais, Universidade Federal do Pará - UFPA; Banco da Amazônia; Prefeitura de Marabá; Secretaria Municipal de Educação de Marabá; Secretaria de Meio Ambiente de Marabá; Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA; ADEPARA; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Marabá; Fundação Casa da Cultura de Marabá; CREA; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá; PRORURAL; Produtores Rurais da Região; FETIAPA; COPSERVIÇOS, entre outros.

Esses resultados compõem um quadro referencial atual do pensamento dominante entre os grupos de interesse, a partir do qual monitoramentos participativos poderão dar continuidade, no sentido de se entender sua evolução e novas demandas.

Ademais, face à complexidade das relações institucionais do sudeste paraense, além dos insumos advindos das etapas anteriormente descritas, procedeu-se uma série de levantamentos de campo, com o objetivo de identificar quais entes que, direta e/ou indiretamente, possuem responsabilidades, interferência política, administrativa, econômica e social na região. Posteriormente, procurou-se selecionar aqueles entes institucionais, governamentais e não governamentais, cuja atuação fosse importante para as questões privilegiadas no presente estudo, com especial atenção ao desmatamento e às questões sociais como o trabalho forçado, a regularização fundiária e o fenômeno da grilagem. O sentido da análise foi procurar algum meio de julgar ou avaliar a “força institucional” desses entes rumo ao encaminhamento dessas questões.

MATRIZ INSTITUCIONAL ATUANTE

São de enorme complexidade as relações institucionais que se articulam no Estado do Pará, um espaço territorial onde se encontra uma das mais importantes reservas ambientais do planeta e, no que se refere aos aspectos sociais, marcado por conflitos pela posse da terra, prática de trabalho escravo e exploração ilegal e predatória dos recursos naturais. Neste contexto de graves problemas ligados às gestões ambiental e fundiária, tendo-se ainda o agronegócio sido muitas vezes identificado como um intensificador desses processos, o Grupo Bertin precisará estabelecer estratégias distintas de articulação com o Estado, inclusive o Poder Público local, e também com as organizações da sociedade civil, sempre no sentido de otimizar ações em prol da governança local.

Por sua vez, a ARCADIS Tetraplan considera, no que tange às condições institucionais para a implementação de uma pecuária sustentável, conforme preconizado no Projeto Bertin, que:

- i) Ainda que persistam as fragilidades das instituições paraenses, seja pelo aspecto da capacidade institucional como pela condição estrutural, o Estado vem demonstrando que está em busca de assumir a responsabilidade pelo ordenamento territorial e da gestão dos recursos naturais do Estado, ao mesmo tempo em que tem efetivado práticas de combate à violação dos direitos humanos nas suas várias facetas;

- ii) A existência de um significativo número de organizações não governamentais e movimentos sociais com expressiva atuação local e, em grande parte, com articulação nacional e internacional devem ser entendidos como elementos potencializadores de uma maior governança em prol da sustentabilidade.

Isso ocorre porque um subconjunto significativo dessas entidades tem caráter propositivo, e a partir de suas críticas, denúncias e proposições impulsionam o Estado a ações mais efetivas, em alguns casos até por meio de parcerias como o Poder Público. Ao mesmo tempo, se disponibilizam as parcerias com entes privados para implementação de projetos de sustentabilidade com minimização de impactos socioambientais, adoção de novos parâmetros técnico-científicos de produção, ou ainda, mais especificamente, a ações de inclusão de segmentos fragilizados na cadeia pecuária, como os agricultores familiares.

Impactos

Os impactos resultantes da ampliação do frigorífico Bertin foram avaliados à luz dos cenários traçados e, principalmente, tendo em vista a dualidade enfrentada no estudo, realçada, devido à sua importância, diversas vezes ao longo do relatório.

Ao pensar-se nos impactos, especial atenção foi dada em separar aqueles decorrentes da atividade pecuária e aqueles gerados ou potencializados pela expansão do Frigorífico Bertin. Existem impactos que são claramente gerados pela expansão do frigorífico. Outros, porém, são resultado do funcionamento da cadeia pecuária. Ou seja, são resultado do conjunto de frigoríficos, produtores, mercados, etc. Nestes, o Frigorífico Bertin isoladamente representa muito pouco ou nada mas, em conjunto com os demais agentes, tem a sua participação. Para estes impactos, portanto, se avaliará a contribuição marginal da ampliação do Bertin aos processos já em curso.

Embora sejam sugeridas medidas de mitigação ou potencialização para todos os impactos antevistos, é muito importante atentar para as medidas que se referem aos impactos da cadeia pecuária, aos quais o Frigorífico Bertin contribui de forma apenas marginal. Considera-se que estas medidas são de grande relevância por afetar não somente aqueles impactos restritos às atividades do Frigorífico Bertin, mas por agir sobre os impactos indesejáveis da atividade pecuária na região. Estas medidas podem ter um efeito demonstrativo e de mudança de comportamentos de fundamental importância para a região.

Os impactos foram avaliados de acordo aos seus atributos, à sua magnitude e ao grau de resolução das medidas propostas, conforme sintetizado na tabela abaixo. A combinação destas três variáveis fornece o grau de relevância do impacto.

Atributos	
• Natureza	 POSITIVO  NEGATIVO
• Probabilidade	P - PROVÁVEL C - CERTO
• Espacialidade	L – LOCALIZADO D - DISPERSO
• Prazo	→ CURTO → MÉDIO → LONGO
• Forma de interferência	FN – FATO NOVO I – INTENSIFICADOR
• Duração	P – PERMANENTE T – TEMPORARIO
Magnitude	
• Medida qualitativa	 PEQUENA  MÉDIA  GRANDE



Resolução das medidas		
• Alta resolução	 IMPACTOS POSIT.	 IMPACTOS NEGAT.
• Média resolução	 IMPACTOS POSIT.	 IMPACTOS NEGAT.
• Baixa resolução	 IMPACTOS POSIT.	 IMPACTOS NEGAT.

O quadro abaixo apresenta o balanço final de todos os impactos positivos e negativos, e as tabelas que seguem mostram todos os impactos previstos com a ampliação da capacidade de abate do Frigorífico Bertin e seus respectivos atributos.

Balanço dos Impactos Ambientais

FASE	NATUREZA		GRAU DE RELEVÂNCIA		
			ALTA	MÉDIA	BAIXA
OPERAÇÃO NAS FASES DE TRANSIÇÃO E APÓS AMPLIACAO	POSITIVO	SOCIOECONÔMICO			
		BIOFÍSICO	-	-	
	NEGATIVO	SOCIOECONÔMICO	-		
		BIOFÍSICO	-		



AValiação de Impactos Socioambientais na ADA

F A S E	IMPACTOS PREVISTOS	ATRIBUTOS						MAGNITUDE			MEDIDAS DE CONTROLE			GRAU DE RELEVÂNCIA DOS IMPACTOS C/ A IMPLEMENTAÇÃO	
		NATUREZA	OCORRÊNCIA			FORMA INTERFERÊNCIA	DURAÇÃO	INDICADOR	QUANTITATIVO	QUALITATIVO	DESCRIÇÃO	GRAU DE RESOLUÇÃO			
			PROBABILIDADE	PRAZO	ESPACIALIDADE										
OPERAÇÃO NA FASE DE TRANSIÇÃO E APÓS AMPLIAÇÃO	1. Meio Físico e Biótico														
	A) Ar														
	Odor (operação do sistema de tratamento de efluentes)		C	→	L	I	p				M	Elaboração de plano de obras que priorize redução dos tempos de intervenção	A	----->	B
	Poluição do ar, poeira (material particulado) no transporte do material removido das lagoas antigas para compostagem		C	→	L	I	t				M		M	----->	M
	Poluição do ar (Poeira, NOx, HC), no transporte para compostagem		C	→	L	I	t	indicadores de padrão de qualidade do ar			M	Umectação de vias de tráfego Manutenção veicular Planejamento das rotas Redução dos tempos de intervenção	M	----->	M
	B) Solo														
	Reciclagem de nutrientes e melhoria da estrutura do solo pela aplicação do composto		C	→	L	I	p	qualidade do solo			P	Identificação de áreas prioritárias para aplicação do composto Aplicar critérios ambientais, evitando contaminação de recursos hídricos Promover programa de capacitação para proprietários rurais que eventualmente receberão este composto	M	----->	B
	Poluição do solo na área de compostagem pelo vazamento de líquidos percolados		P	→	L	I	t	qualidade do solo			M	Elaboração de projeto da área de compostagem	A	----->	B
	Poluição do solo por aplicação do composto		P	→	L	I	t	produtividade			M	Identificação de áreas prioritárias para aplicação do composto Aplicar critérios ambientais, evitando contaminação de recursos hídricos Promover programa de capacitação para proprietários rurais que eventualmente receberão este composto	M	----->	M
	C) Recursos Hídricos														
	Poluição de águas superficiais (Rio Itacaiunas) por lançamento de poluentes		P	→	L	I	p	qualidade das águas do Rio Itacaiunas			M	Elaboração de plano de intervenção que reduza interferência no sistema de tratamento Elaboração de plano de monitoramento do sistema de tratamento durante as obras	A	----->	B
	Poluição do lençol freático por infiltração de poluentes no solo		P	→	L	I	p	qualidade do lençol freático			M	Elaboração de monitoramento do lençol freático	A	----->	B
	Contaminação de águas superficiais do igarapé Limão pelo lançamento de poluentes		C	→	L	I	p	qualidade das águas do igarapé Limão			M	Elaboração de estudo de autodepuração do igarapé do Limão Monitoramento do sistema do igarapé e efluentes tratados	A	----->	B

ATRIBUTOS			
NATUREZA		ESPACIALIDADE	
NEGATIVO		L LOCALIZADO	
POSITIVO		D DISPERSO	
PROBABILIDADE		FORMA DE INTERFER.	
C CERTO		FN FATO NOVO	
P PROVÁVEL		I INTENSIFICADOR	
PRAZO		DURAÇÃO	
→ CURTO		t TEMPORÁRIO	
→ MÉDIO		p PERMANENTE	
→ LONGO			

MAGNITUDE	
PEQUENA	
MEDIA	
GRANDE	

GRAU DE RESOLUÇÃO	
BAIXO	
MÉDIO	
ALTO	

GRAU DE RELEVÂNCIA	
BAIXA	
MÉDIA	
ALTA	

Diretrizes para Boas Práticas Agrícolas

Como forma de minimizar as pressões exercidas pela atividade pecuária no ecossistema amazônico, procurou-se elaborar diretrizes de boas práticas agrícolas que assegurem ao Frigorífico Bertin que os seus fornecedores utilizem práticas socioambientalmente responsáveis.

O Programa de Boas Práticas Agrícolas – GAP constitui um sistema de gestão da qualidade com a finalidade de melhorar os padrões dos produtos da indústria alimentícia. Esse Protocolo deve ser seguido por produtores que, ao atenderem às normas previstas, podem solicitar a certificação do seu processo produtivo. Existem atualmente alguns Protocolos de Boas Práticas Agrícolas, como EUREPGAP – IFA e ABM, considerados códigos de condutas e já adotados em processos de certificação.

Com o intuito de atender às especificidades da região sul e sudeste do Estado do Pará, tendo em vista a atividade pecuária e o consenso internacional em relação aos Protocolos de GAP supra mencionados, esses foram adaptados considerando-se os pontos mais vulneráveis da região e a necessidade de adequação à Legislação Ambiental e Trabalhista vigente no País.

A partir do Programa GAP-PA, pode ser implementado um Processo de Certificação no qual as propriedades passam por inspeção/auditoria de conformidade anual com relação ao atendimento dos requisitos do Protocolo, e recebem o *status* de “Propriedade Certificada” ou “Propriedade Aprovada” a fornecer animais para abate no Frigorífico Bertin de Marabá.

O processo de certificação é voluntário, devendo o produtor interessado em certificar a sua propriedade solicitar a mesma a uma empresa devidamente credenciada pelo MAPA. É previsto um Sistema de Certificação em três níveis, variando conforme o grau de atendimento dos requisitos do Protocolo de GAP-PA.

O certificado deve ser emitido e aprovado pelo corpo de certificação com validade de 1 ano. A auditoria anual para manutenção da certificação inclui a checagem do cumprimento de todas as normas de GAP, e constitui um importante instrumento de monitoramento. Essa auditoria deve sempre resultar num Relatório de Certificação, contendo a avaliação da propriedade quanto ao atendimento das boas práticas de produção, bem como recomendações para futuro atendimento dos requisitos pendentes.

PROPOSTA PARA A IDENTIFICAÇÃO DE ORIGEM DOS ANIMAIS

Os produtores rurais que compõem a cadeia associada ao Frigorífico Bertin podem produzir seus animais (ciclo completo) ou comprá-los para recria e engorda de outras propriedades, criando assim uma cadeia indireta de suprimento de animais para o Bertin.

A partir do pressuposto que essa cadeia indireta pode gerar impactos socioambientais negativos, devem-se buscar maneiras de assegurar que os animais abatidos pelo Frigorífico Bertin de Marabá tenham sua origem conhecida desde o nascimento, garantindo que, em todas as suas fases produtivas, esteve em propriedades que respeitam a Legislação Ambiental e Trabalhista vigente no País.

Uma das maneiras viáveis para assegurar a origem dos animais é a utilização do Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos – SISBOV, aceito e reconhecido internacionalmente. Nesse sentido, a nova regra contida na IN nº17, que prevê a rastreabilidade das propriedades e não apenas dos animais, restringindo a comercialização entre propriedades aprovadas no SISBOV, é o instrumento que garante o acompanhamento da origem dos animais por rastrear todo o ciclo de produção.

Por esse motivo a rastreabilidade é tida como um dos pontos principais dentro de um processo de Certificação GAP.

EXPERIMENTO PILOTO

Com o intuito de avaliar o grau de dificuldade do cumprimento do Programa GAP-PA e das novas exigências do SISBOV, bem como os seus pontos falhos, está sendo realizado um Experimento Piloto em propriedades da região.

Todas as propriedades participantes possuem sua situação fundiária regularizada (título definitivo da terra), e não estão incluídas na “lista suja”, ou seja, relacionada a qualquer problema trabalhista relativo a trabalhos forçados, degradantes ou insalubres.

As propriedades não têm, necessariamente, regularidade ambiental. Para isso será solicitado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado junto a Órgãos Públicos com atribuições ambientais, para recuperação de APPs e Reserva Legal em um prazo pré-determinado.

O Experimento Piloto compreende várias etapas, que vão desde (i) a seleção das propriedades participantes, (ii) as fases correspondentes à implantação/preparação da propriedade para o Programa GAP-PA, que inclui treinamentos de capacitação técnica de mão-de-obra e as novas normas do SISBOV, até (iii) a certificação da propriedade que atender os requisitos do Protocolo.

A certificação compreende uma auditoria que avaliará o grau de atendimento às normas de GAP na propriedade, estando essa apta ou não a receber a certificação. A manutenção do programa se dará por meio de inspeções/auditorias anuais, realizadas por auditores credenciados, e cursos de treinamento/reciclagem para os produtores e trabalhadores rurais, visando sempre o cumprimento das normas do Protocolo e do SISBOV, e a maior segurança das informações fornecidas pelos produtores rurais.

O objetivo é que, em determinado prazo de tempo, o Programa GAP-PA garanta que todo animal abatido na planta de Marabá possa ter a sua origem conhecida desde o nascimento, além de informações adicionais como o manejo alimentar em que foi produzido.

Cenários e Projeções

Com o objetivo de avaliar os impactos da ampliação do Grupo Bertin, procurou-se analisar os fatores que influenciaram a evolução recente da pecuária na região, bem como os principais determinantes da atividade que se projetam para o futuro breve. Com isso, traçaram-se cenários para o médio prazo – 2009 –, quando o Frigorífico Bertin deve estar operando com sua capacidade ampliada, e para o longo prazo – 2014 – quando se espera que tenham sido implementadas melhorias nas técnicas de manejo de pastagem e do rebanho, de tal forma que o crescimento do rebanho se dê por melhoria nas taxas de lotação média e nos índices zootécnicos gerais e se estabilize em taxas vegetativas.

Os principais fatores considerados, no âmbito deste trabalho, que podem ser determinantes no exercício sobre a evolução futura da pecuária no Pará e, especialmente, na sua porção sudeste, são:

- I. Liberação para exportação da carne produzida no Sudeste do Pará – Zona Livre de Aftosa.
- II. Melhoria gradativa da infra-estrutura de transportes.
- III. Aumento na demanda mundial de carne – expansão dos mercados da China e Índia, e a ocorrência de surtos da “doença da vaca louca” na Europa e América do Norte.

- IV. Manutenção do crescimento do rebanho bovino no Pará, de forma que em breve será o maior Estado produtor de gado bovino do Brasil.
 - V. Pressão da agricultura na região Centro-Oeste do Brasil.
 - VI. A entrada em vigor do Protocolo de Quioto, que pode estimular a expansão dos plantios de cana-de-açúcar e converter áreas de pastos em plantações de cana.
 - VII. O cumprimento dos regulamentos ambientais será parcial, porém mais rigoroso que na situação atual.
 - VIII. Fortalecimento gradativo dos instrumentos regulatórios – expansão da rede de áreas protegidas e implementação da legislação ambiental.
 - IX. Crescente vontade pública e política, no nível nacional e estadual, para diminuir os efeitos negativos do desmatamento descontrolado no Estado.
 - X. Melhoria da situação fundiária e instalação de um mercado imobiliário de terras com infra-estrutura acoplada.
 - XI. Arrefecimento do desmatamento através da criação e controle de áreas protegidas por parte do governo federal.
 - XII. Melhores arranjos produtivos e taxas de desfrute com a adoção de linhagens genéticas melhoradas de gado, inseminação artificial, e melhores técnicas de manejo de pastos⁴.
 - XIII. Certificação de “Boas Práticas Agrícolas” pelas propriedades, incluindo rastreabilidade de animais.
 - XIV. Pressões externas para conter o desmatamento na Amazônia.
 - XV. Crescente papel das instituições financeiras internacionais ao considerar critérios socioambientais para a concessão de empréstimos.
 - XVI. Estruturação do mercado, inclusive com fortalecimento dos serviços e indústria, contribuindo para o rompimento do comportamento de regiões típicas de fronteira.
- Considera-se que todos esses pressupostos, com maior ou menor intensidade e de maneira combinada, esboçam o quadro futuro da região de interesse, e dão base para exercitar algumas conjecturas de natureza quantitativa.

CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS

Foram traçados dois cenários para o crescimento da pecuária com o objetivo de antever os eventuais impactos que a ampliação do Frigorífico Bertin pode provocar na região. Para tanto, utilizou-se de vários conceitos, expedientes quantitativos e projeções.

O primeiro conceito analisado foi o de capacidade de suporte, entendido como o limite máximo de gado que o território comporta, dadas as técnicas de manejo do rebanho e das pastagens, ou seja, dada a taxa de lotação. De acordo a todas as suposições feitas ao longo deste capítulo, calculou-se dois valores de capacidade de suporte, um considerando a área atualmente já desflorestada e outro considerando a área total da AID, excetuando as áreas de UCs e TIs, cujos valores foram de 13,15 milhões de animais e 19,56 milhões de animais respectivamente.

O crescimento do rebanho foi projetado valorizando-se que, em termos de processo, encontra-se atualmente em uma fase ascendente de sua curva de evolução, praticamente em seu patamar máximo. Acredita-se que mesmo com a liberação para exportação, a dinâmica de crescimento tende a reduzir, ou seja, o rebanho seguirá crescendo, porém a taxas decrescentes.

Desta forma, traçaram-se dois cenários possíveis de crescimento:

⁴ Fonte: Margulis, S. 2004. *Causes of deforestation in the Brazilian Amazon*. Banco Mundial. Washington, D.C.



1. Crescimento linear contínuo, a taxas decrescentes, de acordo à evolução histórica entre 1990 e 2003,
2. Crescimento linear contínuo a taxas inferiores às anteriores, determinadas pelo tamanho do rebanho atual e a capacidade de suporte da AID, sem desmatamento adicional, considerando que a mesma será atingida no ano de 2014.

Dadas essas projeções, se comparou as ofertas atual e futuras (projetadas) de animais para abate com a capacidade de abate instalada, também atual e futura, pós ampliação do Frigorífico Bertin. Os principais resultados obtidos com o exercício quantitativo são apresentados na tabela a seguir.

	2005 – Situação atual	Início de 2009	
	Cenário 2	Cenário 1	Cenário 2
Rebanho	9.972.219	12.076.823	11.032.805
Oferta de animais para abate (período de um ano)	2.493.055	3.019.206	2.758.201
Oferta de animais para abate (por dia)	7.991	9.677	8.840
Capacidade de abate Bertin (período de um ano)	249.600	499.200	499.200
Capacidade de absorção do Bertin	10,0%	15,6%	18,1%
Capacidade de abate total (período de um ano)	1.716.000	1.965.600	1.965.600
Excedente de oferta (período de um ano)	777.055	1.053.606	792.601
Excedente de oferta (por dia)	2.491	3.377	2.540
% excedente (excedente/oferta total)	31,2%	34,9%	28,7%

Visto que existe um excedente de oferta para a demanda dos 9 frigoríficos instalados na região, procurou-se qualificar este excedente. Cabe ressaltar que este é um excedente para a demanda dos 9 grandes frigoríficos instalados na região, e que os animais que não são adquiridos por estes, são comercializado por outros meios, a maior parte exportada em pé ou abatida em matadouros clandestinos.

De forma geral, os grandes frigoríficos adquirem o gado de melhor qualidade, ficando o gado de menor qualidade para ser comercializados por estas vias alternativas.

Apesar das limitações decorrentes da carência de dados, realizou-se um exercício para estimar a qualidade da oferta no ano de 2009 em duas situações distintas, para cada um dos cenários traçados: a primeira considerando que os médios, grandes e muito grandes produtores detêm 70% do rebanho e a segunda considerando que eles possuem 80% do rebanho. Os resultados são apresentados na tabela abaixo.



Qualificação da oferta de animais nos cenários 1 e 2, início de 2009.

	Cenário 1		Cenário 2	
	Médios, grandes e muito grandes produtores com 70 % do rebanho	Médios, grandes e muito grandes produtores com 80 % do rebanho	Médios, grandes e muito grandes produtores com 70 % do rebanho	Médios, grandes e muito grandes produtores com 80 % do rebanho
Total rebanho	12.076.823	12.076.823	11.032.805	11.032.805
Rebanho de melhor qualidade	8.979.722	9.410.260	8.203.442	8.596.762
Rebanho de pior qualidade	3.097.101	2.666.563	2.829.363	2.436.043
Disponibilidade para abate de gado de melhor qualidade (dia)	7.195	7.540	6.573	6.888
Disponibilidade para abate de gado de pior qualidade (dia)	2.482	2.137	2.268	1.952
Disponibilidade total de gado para abate (dia)	9.677	9.677	8.840	8.840

Elaboração: ARCADIS Tetraplan

Neste exercício, verifica-se que no ano de 2009, quando o Frigorífico Bertin deve estar operando com sua capacidade ampliada, haverá um excesso de oferta de animais de boa qualidade, considerando que os demais frigoríficos não aumentem suas capacidades e que não haverá novos frigoríficos se instalando na região.

Nestes cenários, acredita-se que a ampliação do frigorífico Bertin de Marabá é viável sem acarretar novos focos de desmatamento, desde que as medidas de controle propostas neste estudo sejam implementadas.

Os principais argumentos que embasam tal suposição são a existência de um excesso de oferta de gado na região e a possibilidade de melhorias nos índices zootécnicos, principalmente associados às técnicas de manejo de pastagem, o que permite um incremento de produtividade e, conseqüentemente, um maior rebanho na mesma área. Além disso, acredita-se que há espaço para a implementação das medidas de controle sem incorrer em custos adicionais demasiado elevados para o Frigorífico bem como para os produtores.

Neste panorama, as medidas de controle (mitigação, compensação e monitoramento para os impactos adversos e potencialização/desenvolvimento para os benefícios antevistos) que são propostas nesse trabalho assumem possivelmente mais relevância para a região do que a ampliação do frigorífico propriamente dita.

Plano de Ação Socioambiental – ESAP

A missão do Grupo Bertin é agregar valor, fomentar desenvolvimento e fortalecer a relação com os diversos públicos – clientes, fornecedores, parceiros, investidores, imprensa, órgãos públicos, colaboradores e comunidade.



Considerando que a operação em Marabá é recente, está em elaboração uma proposta para inserir essa unidade no Sistema de Gestão Socioambiental - SGAS global do Grupo e ao mesmo tempo fortalecê-lo, intensificando o enfoque socioambiental. Entende-se, inclusive, que os resultados do ESIA, ora apresentados, irão subsidiar sua estruturação, estendendo-se ao Grupo como um todo.

Sem exaurir todos os componentes do SGAS de Marabá, alguns aspectos já podem ser relacionados:

MISSÃO – SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO (Dar garantias à manutenção da Saúde e a Integridade Física dos Colaboradores das Empresas Bertin Ltda., assim como da Prevenção de Acidentes e a Preservação do Meio Ambiente)	LTCAT – Laudo Técnico das Condições dos Ambientes de Trabalho.	
	PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	
	PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional	
	PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos	
INSTRUÇÕES DE CONTROLE E GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL DE ORDEM NORMATIVA QUE DEFINEM PROCEDIMENTOS INTERNOS DA EMPRESA	A) Gestão Ambiental:	• PGR – Plano de Gerenciamento de Riscos • PAE – Plano de Ações Emergencial • PCA – Plano de Controle Ambiental
	B) Gestão Social:	• Política de Responsabilidade Social (Código de Conduta – Bertin Ltda)
INSTRUÇÕES PARA A GESTÃO OPERACIONAL	• BPF – Boas Práticas de Fabricação	
	• PPHO – Procedimentos Padrões de Higiene Operacional	
	• APCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle	

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS - ESAP

A identificação de impactos provocados pela ampliação do Frigorífico e sua hierarquização, conforme o grau de relevância, permitem verificar as principais questões socioambientais que a ampliação do frigorífico possa vir desencadear, algumas delas atuando em processos já inexoráveis na região. Nesse sentido, o dual desses impactos mais relevantes transformam-se em objetivos a serem alcançados por um conjunto de programas socioambientais.

Como se observa, todos os impactos de forma mais ou menos direta foram endereçados com algum tratamento, seja no sentido de reduzi-los, neutralizá-los e monitorá-los, seja para potencializar situações benéficas que o empreendimento poderá desencadear.

O Gráfico de Objetivos e Meios mostra a inter-relação entre os impactos e as ações (sub-programas) integrantes dos 5 Programas Socioambientais. Na sequência apresenta-se a aplicação desse instrumento, que mostra as relações de causa e efeito entre os programas com suas medidas.

Esta estrutura de objetivos e sub-objetivos é desdobramento de uma Visão Estratégica orientada para três vertentes principais:

- *Sistema produtivo socioambiental adequado*, ou seja, considerando a cadeia como um todo, com suas questões no âmbito da área de influência do frigorífico, incluindo, portanto, tratamentos diferenciados aos fornecedores;



- *Educacional*, rumo a novas atitudes dos fornecedores, funcionários, e sociedade em geral, na relação com o meio ambiente; e,
- *Institucional*, numa tentativa de melhorar a governança, tendo em vista o fortalecimento de um quadro de comando e controle da apropriação dos recursos naturais, com destaque ao desmatamento, das condições dignas de trabalho, e regularização fundiária.



Gráfico Objetivos e Meios



Aos diversos impactos ambientais, quer como manifestações positivas, quer negativas, foram propostas medidas de mitigação, de compensação e de monitoramento (denominadas medidas de controle), bem como medidas potencializadoras, dando base para a formatação dos Programas Socioambientais que irão estruturar o Plano de Ação Socioambiental (ESAP).

PROGRAMA DE REFORMULAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE COMPRA DE GADO	
OBJETIVO	
- Garantir um Cadastro Comercial do Frigorífico de forma a se dispor de uma Lista de Fornecedores legalmente regularizados; - Comprar animais para abate com base em critérios de credenciamento dos fornecedores aumentando, assim, a legalidade dessas relações comerciais; e - Incentivar o uso adequado dos recursos ambientais nas propriedades fornecedoras, bem como a sua evolução em termos da recuperação de áreas degradadas.	
PÚBLICO – ALVO	Direcionado ao frigorífico Bertin de Marabá e aos produtores rurais fornecedores de animais para abate, cerca de 615 na situação atual.
Ações previstas	
- Adoção de critérios para orientar a política de compra de gado do frigorífico Bertin. - Elaboração da Ficha de Cadastro Ambiental e Comercial (FCAC). - Desenvolvimento de um sistema de cadastramento de propriedades. - Orientação da equipe de compra de gado do Bertin e dos fornecedores sobre os critérios de compra. - Levantamento de informações das propriedades. - Sistematização das informações. - Credenciamento das propriedades. - Monitoramento continuado de desempenho ambiental e social.	

PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	
OBJETIVO	
Desenvolver práticas que insiram o negócio num contexto mais amplo, de compromissos sociais tanto no nível local quanto regional, promovendo a interação do Grupo Bertin com o contexto onde se encontra inserido, e o fortalecimento de processos e ações públicas e privadas que busquem melhores condições de vida e o desenvolvimento da sociedade.	
PÚBLICO – ALVO	Comunidade local e regional, com atenção especial aos agricultores familiares, Funcionários, clientes e fornecedores, Lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil, Instituições atuantes na formação da opinião pública (Igrejas, Sindicatos, Associações, Imprensa escrita; Rádio, TV).
SUBPROGRAMAS	
SUBPROGRAMA 1 – CONTRIBUIÇÃO PARA CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO AGRICULTOR FAMILIAR	
Contribuição para o fortalecimento e dinamização da diversificação da economia local, dentro dos parâmetros apresentados pelos parceiros locais, dada a compreensão da importância dessa diversificação também para o empreendimento.	
SUBPROGRAMA 2 – CONTRIBUIÇÃO AO PEQUENO PRODUTOR PARA ACESSO AOS MERCADOS	
Contribuição par o fortalecimento da agricultura familiar com ações de incremento à comercialização dos produtos oriundos dos projetos de assentamento rural.	
SUBPROGRAMA 3 – APOIO À ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	
Adoção de práticas e apoio às campanhas nacionais e locais de combate ao trabalho escravo.	



SUBPROGRAMA 4 – ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DO GRUPO BERTIN

Elaboração e divulgação do Balanço Social como ferramenta de gestão para consolidação de uma cultura empresarial que privilegie a transparência e permita à sociedade conhecer e valorizar os esforços do Grupo Bertin, no sentido de conciliar o sucesso econômico com resultados positivos do ponto de vista social e ambiental.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO

Contribuir para a conscientização tendo em vista a recuperação e conservação dos recursos naturais da região, a melhoria da qualidade ambiental das condições de vida da população local.

PÚBLICO – ALVO

Entende-se como público-alvo referente aos cursos de capacitação, os funcionários e fornecedores do Frigorífico Bertin que irão participar das atividades de educação ambiental prevista. O programa pretende englobar todos os profissionais das áreas administrativas e técnicas incluindo a gerência.

Em relação ao público-alvo dos eventos abertos à comunidade, o intuito será reunir empresas privadas e públicas, ONGs, associações de moradores; sindicatos de trabalhadores rurais, agricultores e pecuaristas; entidades religiosas e culturais, além de outros segmentos públicos intervenientes na região, representando, potencialmente lideranças e formadores de opinião.

AÇÕES PREVISTAS

Estruturação de cursos de capacitação para:

- funcionários do Frigorífico Bertin de Marabá
- fornecedores do Frigorífico Bertin de Marabá

Promoção de eventos abertos para a comunidade local

Avaliação continuada das atividades de educação ambiental

PROGRAMA DE MONITORAMENTO LIMNOLÓGICO E DA QUALIDADE DA ÁGUA

OBJETIVO

Acompanhar as condições dos cursos d'água na área de influência do Frigorífico Bertin, o que permitirá a tomada de ações estratégicas preventivas e corretivas para preservação do sistema aquático em estudo.

SUBPROGRAMAS

SUB-PROGRAMA 1 – MONTAGEM DE LINHA BASE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Consolidar, a partir de uma campanha de avaliação inicial, o estabelecimento das ações de monitoramento de qualidade da água.

SUB-PROGRAMA 2 – MONTAGEM DE LINHA BASE DE MONITORAMENTO LIMNOLÓGICO

Consolidar, a partir de uma campanha de avaliação inicial, o estabelecimento das ações de monitoramento limnológico.

SUB-PROGRAMA 3 – MONITORAMENTO LIMNOLÓGICO E DA QUALIDADE DA ÁGUA

Definição de estratégia, incluindo rede de amostragem, do conjunto de parâmetros a ser analisado e frequência de coleta.

Parceria com a Prefeitura Municipal de Marabá – “Projeto “Reviver” do rio Itacaiúnas.

PROGRAMA DE AUDITORIA AMBIENTAL

OBJETIVO

A auditoria ambiental é um poderoso instrumento de controle para a avaliação do desempenho ambiental de uma obra, um empreendimento ou um programa num dado momento, ou seja, é a fotografia socioambiental de um projeto em uma dada etapa.



O objetivo da auditoria é contribuir para a melhoria continuada da gestão socioambiental do Frigorífico em Marabá. As auditorias deverão avaliar se os compromissos assumidos e definidos junto aos órgãos ambientais competentes estão sendo cumpridos, a fim de que iniciativas possam ser tomadas.

PÚBLICO – ALVO

Funcionários da empresa e Dirigentes do Frigorífico

AÇÕES PREVISTAS

Acompanhamento das obras de ampliação do Frigorífico.

Acompanhamento dos processos de licenciamento.

Acompanhamento da implantação do Sistema de Gestão Socioambiental - ESMS, com destaque aos Programas Socioambientais – ESAP.

BERTIN: PLANO DE AÇÃO CORPORATIVA
20 de Novembro de 2006

PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	DATA DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA CONDIÇÕES CONTRATO
A.	Criação de um Sistema Integrado para Assuntos Sociais e do Meio-Ambiente, Qualidade, Administração de Saúde Ocupacional e Segurança (ESMS) O sistema deve incorporar os seguintes elementos: (i) Taxação ambiental e social; (ii) programa de gestão; (iii) capacidade organizacional; (iv) treinamento; (v) compromisso com a comunidade; (vi) monitoramento e auditorias internas e (vii) relatórios. O sistema se baseará em sistemas reconhecidos internacionalmente, tais como ISO 9001 e 14001, e OHSAS 18001. O sistema deve assegurar conformidade com as leis e regulamentações brasileiras e diretrizes e políticas sociais e ambientais IFC. O sistema também deve incluir um programa de resposta de emergência e monitoramento. O sistema deve ser aprovado pela Gestão Bertin e implementado por toda a empresa. Implementação ESMS a) Designação do consultor responsável por criar o ESMS. b) Bertin deve enviar a IFC sua Política Social e Ambiental e TOR para criação ESMS. c) Apresentar um plano, em forma e conteúdo aceitáveis à IFC, para a equipe, para implementação do ESMS que deverá incluir Gestão Ambiental e Desenvolvimento Social, Segurança e Saúde Ocupacional (OHS).	Assinatura do Contrato mais 18 meses a) Condição da Primeira Despesa b) Assinatura do Contrato mais 3 meses c) Assinatura do Contrato mais 3 meses

BERTIN: PLANO DE AÇÃO CORPORATIVA
20 de Novembro de 2006

B.	Plano de Abatimento e Prevenção de Poluição da Bertin (PPAP) a) A Bertin implementará um PPAP em forma e conforme programação aceitável pela IFC.	(a) Implementação conforme programação (veja Anexo A).
C.	Otimização dos planos e ações de Responsabilidade Social Corporativa (CSR) da Bertini - Estabelecendo uma Estrutura de Gestão para CSR a) Contrate ou indique um Especialista em Desenvolvimento Social para coordenar a área de CSR. b) Realize diagnóstico e avaliação das ações de CSR da Bertini, passadas ou atuais, identifique a melhor estrutura, incluindo situação legal, para realizar ações de Investimento Social, elabore um Plano de Investimento CSR/Social, incluindo alvos (a curto e longo prazo) e administração de projeção, e orçamento de despesas. c) Instituir a estrutura delineada no item anterior. - Executar Plano de Investimento CSR/Social, monitorar e reportar d) Implemente Plano de Investimento CSR/Social e) Monitore e avalie resultados do Plano Investimento CSR/Social, inclusive reportando os resultados alcançados. Use padrão “balanço social” desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE) e Iniciativa de Relatório Global (GRI).	(a) Condição da Primeira Despesa: (b) Contrato de Empréstimo mais 6 meses. (c) Contrato de Empréstimo mais 8 meses. (d) Relatório através de AMR (e) Relatório através de AMR

BERTIN: PLANO DE AÇÃO CORPORATIVA
20 de Novembro de 2006

D.	Implementação do Plano de Divulgação e Consulta Pública (PCDP) da Bertin a) Implemente PCDP conforme agenda acordada com IFC (Anexo B)	a) Relatório através de AMR (Veja Anexo B)
E.	Implementação do Plano de Desenvolvimento de Indígenas (IPDP) da Bertin, para usina Sacre 2 a) Completar implementação do IPDP para Sacre 2 conforme programação b) Aplicar Diretriz PS 7 IFC para interações com indígenas que possam surgir das atividades executadas pela Bertin.	(Veja Anexo C) a) Relatório através de AMR b) Relatório através de AMR
F.	Otimização da Política de Condições de Trabalho e Mão-de-Obra da Bertin a) Plena conformidade com Lei Nacional Brasileira a respeito de inválidos (Lei N° 7.853, de 24 de Outubro de 1989) b) Revisar políticas de Recursos Humanos da Bertin e perfis dos funcionários em vista das Notas Diretrizes da IFC sobre Oportunidades Iguais Sem Discriminação, e entregar relatório de revisão para incluir recomendações a fim de assegurar conformidade futura com o PS2.	a) Por entrega do primeiro AMR b) Por entrega do primeiro AMR
G.	Plano de Ação Social e Ambiental (ESAP) para Matadouro Marabá Bertin aceita implementar o ESAP para Matadouro Marabá, conforme horários do Anexo C.	Implementação conforme programação (Veja Anexo D)

BERTIN: PLANO DE AÇÃO CORPORATIVA
20 de Novembro de 2006

- Anexos:
- A. Plano de Abatimento e Prevenção à Poluição (PPAP)
 - B. Plano de Divulgação e Consulta Pública (PCDP)
 - C. Plano de Desenvolvimento de Indígenas da Bertin, para usina Sacre 2 (IPDP)
 - D. Plano de Ação Social e Ambiental para Marabá (ESAP)



PPRP

**PROGRAMA DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE
POLUIÇÃO**

2006

BERTIN LTDA

DA EMPRESA		
NOME	-	Bertin Ltda
RAMO DE ATIVIDADE	-	Frigorífico / Curtume / Higiêne e Limpeza / EPI / Dog Toy
SITE	-	www.bertin.com.br

INTRODUÇÃO
O Programa de Prevenção e Redução de Poluição – PPRP das Empresas Bertin, visa à redução ou ate a eliminação em volume, concentração e toxicidade dos poluentes na fonte geradora, através ações e de um processo de melhoria continua.
PLANEJAMENTO DO PROGRAMA

DOCUMENTO BASE

Gerar uma **Política Ambiental** para a Empresa, baseada nos princípios: de mínimo impacto ao meio ambiente, manutenção dos recursos naturais, aplicando racionalmente avanços tecnológicos corrigindo os problemas sociais e ambientais.

Investimentos previstos para as unidades: Curtumes**Aguai – SP**

- Aquisição de equipamentos de aeração para lagoa Biológica. (Reservas)
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes.
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.

Cacoal – RO

- Aquisição de equipamentos de aeração para lagoa Biológica (Reservas)
- Bombas para dosagens de produtos no físico-químico
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.

Conceição do Araguaia - PA

- Construção de uma lagoa de água para a indústria.
- Aquisição de equipamentos de aeração para lagoa Biológica e Equalizador.
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes

Naviraí - MS

- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes.
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.

Lins – SP

- Construção dos tanques de reciclo do Caleiro novo.
- Construção dos tanques de reciclo dos banhos de cromo.
- Construção da Caixa de Gordura.
- Construção de canalizações novas para a ETE.
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes

São Luis dos Montes Belos - GO

- Construção do Decantador Primário
- Construção do Processo Físico Químico
- Construção do Decantador Secundário
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes

PLANEJAMENTO DO PROGRAMA

M
E
T
A
S

Marabá – PA

- Construção de uma nova estação de tratamento de efluentes nova, Equalizador, Físico Químico, Decantador primário, lagoas aerada, decantador secundário.
- Aquisição de equipamentos de aeração.
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.
- Bombas para dosagens de produtos no físico – químico

Estância Velha – RS

- Construção de uma nova estação de tratamento de efluentes nova, Equalizador, Físico Químico, Decantador primário, lagoas aerada.
- Aquisição de equipamentos de aeração.
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes

Rio Brilhante – MS

- Construção de uma nova estação de tratamento de efluentes nova, Físico Químico, Decantador primário, lagoas aerada, decantador secundário.
- Aquisição de equipamentos de aeração.
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.
- Bombas para dosagens de produtos no físico - químico

Redenção – PA

- Construção de uma nova estação de tratamento de efluentes nova, Equalizador, Físico Químico, Decantador primário, lagoas aerada, decantador secundário.
- Aquisição de equipamentos de aeração.
- Equipar laboratório com equipamentos para fazer um monitoramento dos efluentes
- Aquisição de uma centrífuga ou outro equipamento para prensar o lodo do sistema de tratamento de efluentes.
- Bombas para dosagens de produtos no físico - químico

Investimentos previstos para as unidades: Frigoríficos

Lins – SP

- Execução de tubulação de PVC para o transporte do gás metano até o curtiúme para aproveitamento na caldeira.
- Aquisição de queimador de gás para a caldeira.
- Processo físico químico após biodigestores.

Ituiutaba - MG

- Construção de Biodigestores anaeróbicos.
- Aquisição de queimador de gás para a caldeira.
- Processo físico químico após biodigestores.

Campo Grande - MS

- Construção de estação de tratamento de efluentes líquidos completa, contendo: peneiras estáticas, caixa de gordura, tanque de equalização, casa de bomba, rede de tubulações.
- Construção de Biodigestores anaeróbicos.
- Aquisição de queimador de gás para a caldeira.
- processo físico químico após biodigestores.

Naviraí - MS

- Construção de Biodigestores anaeróbicos.
- Aquisição de queimador de gás para a caldeira.
- Processo físico químico após biodigestores.

Mozarlândia - GO

- Construção de Biodigestores anaeróbicos.
- Aquisição de queimador de gás para a caldeira.
- Processo físico químico após biodigestores.

Marabá – Pa

- Construção de ETE – Estação de Tratamento de Efluentes completa, contendo: peneiras estáticas, caixa de gordura, tanque de equalização, casa de bombas, rede de tubulações.
- Construção de Biodigestores anaeróbicos.
- Aquisição de queimador de gás para a caldeira.

PLANEJAMENTO DO PROGRAMA

M E T A S		Estudos de redução de resíduos e de minimização de consumos de água e de energia
		➤ Farelo de Rebaixe e aparas com cromo
		- Converter estas sobras de resíduos em material curtente para ser usado no processo de curtimento novamente.
		➤ Compostagem com Resíduos, do curtume e do frigorífico. ➤ Redução do consumo de água por couro ➤ Aproveitamento da água de remolho no processo ➤ Redução do consumo de lenha, aproveitando gás do Biodigestor. ➤ Reposição Florestal em propriedade do Grupo, garantindo a reposição de matéria-prima florestal consumida em lenha nas caldeiras.

PLANEJAMENTO DO PROGRAMA

P R I O R I D A D E S	1 ^a	- Levantar e Avaliar o Monitoramento dos Efluentes de cada unidade Industrial, verificando cada um dos Parâmetros, registrando e atualizando os resultados no Anexo - Planilha 1. E na própria planilha medidas de controle e de redução, deixando em condições de atender as legislações Vigentes.
	2 ^a	- Adotar medidas para minimizar os volumes de efluentes gerados no processo produtivo. Analisando o layout, procedendo a uma verificação critica de alternativas de processo que resultem em menor consumo de água. Anexo - Planilha 2.
	3 ^a	- Mapear e quantificar os resíduos gerados nas unidades indústrias no Anexo Planilha 3 e 4.
	4 ^a	- Fixar os Resultados dos Monitoramentos e as Propostas de Ações Corretivas para os colaboradores;
	5 ^a	- Elaborar Palestras e Apresentações com temas voltados para conscientização de preservação do meio ambiente e de divulgação das ações da empresa para prevenir e diminuir a poluição;

EQUIPE PPRP

Membros da Equipe	Posição na Unidade	Responsabilidade no PPRP
Nome	- Gerente Geral da Unidade / ou Gerente Administrativo	- Supervisão do Programa - Representação da Unidade - Decisão Final
Outros nomes	- Químico - Analistas do Laboratório - Operacionais da Indústria (mínimo três)	- Comunicação com os demais funcionários. - Coleta de amostras e análises. - Coleta de informações e inclusão no programa. - Planejamento de Propostas para o PPRP. - Realização de Documentações.

DA METODOLOGIA DE AÇÃO

Avaliação dos Resultados tem como objetivo verificar os benefícios e ganhos, do ponto de vista Ambiental e Econômico, advindos da implantação do PPRP.

DO REGISTRO DE DADOS

As etapas desenvolvidas serão registradas em relatórios e, quando necessário, ilustrados, apensados em seqüência a este Documento Base e arquivadas em ordem cronológica.

DA AVALIAÇÃO

PERIODICIDADE: Anual

Análise comparativa das condições encontradas no período atual com o ano anterior, observados os mesmos requisitos técnicos.

Ao concluir as metas com sucesso, o programa será reiniciado através de estabelecimento de novas metas.

QUANTO A RESPONSABILIDADE DESTE DOCUMENTO

Assina este documento e, dá fé ao que o nele se apresentou, comprometendo-se com a realização do que nele é proposto

Paulo Beltran
Técnico em química
Registro – N^a 04451987

Valentina M. Prado de Lorenzo
Eng. Civil e de Segurança do Trabalho
C.R.E.A. 0600998626/SP

UNIDADES		PERÍODO – MESES																								
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	18º	19º	20º	21º	22º	23º	24º	
1. CURTUME																										
1. Aguai																										
1.2 Cacoal																										
1.3 Conceição do Araguaia																										
1.4 Naviraí																										
1.5 Lins																										
1.6 São Luis dos Montes Belos																										
1.7 Marabá																										
1.8 Estância Velha																										
1.9 Rio Brilhante																										
1.10 Redenção																										
2. Frigoríficos																										
2.1 Lins																										
2.2 Ituiutaba																										
2.3 Campo Grande																										
2.4 Naviraí																										
2.5 Mozarlândia																										
2.6 Marabá																										
OBS.: PERÍODO APÓS LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS.																										

C R O N O G R A M A



PLANO DE COMUNICAÇÃO SÓCIO -AMBIENTAL GRUPO BERTIN

NOVEMBRO DE 2006

Índice

1. O Grupo Bertin
2. Introdução
3. Objetivo do presente instrumento
4. Diretrizes de Comunicação
- 4.1 Público -Alvo
5. Ferramentas de Comunicação do Grupo
6. Programa de Comunicação em Marabá (PA)
7. Programa de Comunicação 2007
- 7.1 Criação de Central de Comunicação Sócio-Ambiental
- 7.2 Central de Comunicação Sócio-Ambiental (Marabá)
8. Reação social como atributo do processo de Comunicação Social
9. Entidades institucionais
10. Cronograma



1. O Grupo Bertin

Próximo a completar 30 anos de mercado, o Grupo Bertin é uma holding de capital 100% nacional, que atua nos segmentos de agroindústria e infra-estrutura. Sediado no Estado de São Paulo, possui 28 unidades produtivas distribuídas pelo Brasil, onde operam 22 mil colaboradores diretos. Com marcas fortes que propiciam ao consumidor avanço em produtos e serviços, a corporação atende o mercado interno e mais de 80 países nos cinco continentes.

Na agroindústria, o Grupo Bertin apostou no aproveitamento total da cadeia bovina. Seguindo a estratégia de verticalização, a empresa mantém um conglomerado industrial focado em nove divisões de negócios: Agropecuária, Alimentos, Biodiesel, Cosméticos, Couros, Dog Toy, Equipamentos de Proteção Individual, Higiene e Limpeza e Higienização Industrial. Já no segmento de infra-estrutura, a companhia está estabelecida nas áreas de Construção Civil, Energia, Saneamento Básico e Transporte.

Todos os setores do Grupo Bertin compartilham uma visão comum no que se refere a investimentos contínuos em qualidade, tecnologia, pesquisas, capacitação das equipes de trabalho, logística, processos de gestão e estratégica mercadológica. Acrescenta-se a esses comprometimentos, ações sociais e ambientais nas localidades onde o Grupo está inserido. Sua missão é agregar valor e fortalecer a relação com os diversos públicos – clientes, fornecedores, parceiros, investidores, imprensa, órgãos públicos, colaboradores e comunidade.

O segmento de Alimentos é o mais representativo da holding, respondendo por uma fatia de 22% das exportações brasileiras de carne bovina, tendo um papel importante no desenvolvimento de toda cadeia produtiva. Além disso, foi apontada, em levantamento macroeconômico realizado recentemente, como a 7ª maior companhia de Alimentos da América Latina e a 5ª maior movimentadora do porto de Santos.



2. Introdução

O Projeto IFC/Bertin consiste em um programa de investimentos para 2006 – 2008, que permitirá ao Grupo expandir seus negócios referentes à ampliação e modernização de suas plantas, sempre com foco no desenvolvimento sustentável de suas unidades e regiões de atuação, ou seja, levando em conta as boas práticas empresariais, ambientais e sociais.

3. Objetivo do presente instrumento

Propiciar, por meio de comunicação oficial, o conhecimento necessário sobre as iniciativas do Grupo Bertin, suas possíveis interferências sócio-econômicas e ambientais, assim como suas tomadas de decisões, a fim de informar os grupos de interesse e, mais do que isso, incentivá-los a acompanhar essas ações, emitir contribuições para implantação de melhorias e fomentar um processo dinâmico, participativo e evolutivo dos representantes das comunidades envolvidas. Dentro desta perspectiva, os que se sentirem afetados por qualquer empreendimento a ser estabelecido receberão todos os subsídios pertinentes e terão abertura para condução do assunto.

4. Diretrizes de Comunicação

O processo de comunicação sobre as características dos projetos que serão executados, localização dos empreendimentos, cronograma das obras, eventos, mão-de-obra que será mobilizada, medidas para mitigar efeitos adversos e potencializar pontos fortes, terá caráter contínuo, pró-ativo e interativo, sem qualquer fundo de publicidade e/ou propaganda da empresa.

A idéia é criar, com Programas de Comunicação, condições para que as esferas sociais se posicionem e atuem adequadamente diante de fatos que possam vir a modificar suas rotinas.

Renovado com antecedência de dois meses ao início de obras de expansão e/ou modernização do Grupo Bertin, tais programas não estarão circunscritos apenas às ações reativas de informação, no sentido de corrigir entendimentos equivocados, por falta de orientação ou conflitos de interesse. Assumirá, sim, um papel de “ouvidoria” - um espaço aberto e continuado para compreender as expectativas da comunidade sobre a empresa e seus empreendimentos.



4.1 Público-Alvo

- Funcionários da empresa;
- Cadeia produtiva: pequenos, médios e grandes produtores rurais;
- Agricultores familiares;
- Lideranças comunitárias e organizações da sociedade civil, tais como agremiações e ONGs;
- Instituições atuantes na formação da opinião pública (Igrejas, Sindicatos, Associações);
- Imprensa;
- Setor Governamental;
- Comunidade local diretamente afetada ou não por um empreendimento.

5. Ferramentas de Comunicação do Grupo

Todas as informações sobre as ações do Grupo Bertin nos aspectos mercadológico, social e ambiental poderão ser acessadas pelo site www.grupobertin.com.br, (ver exemplo no anexo 1), havendo neste canal a possibilidade de contato com a empresa (críticas, sugestões, dúvidas, depoimentos), por meio de link presente no portal. As questões enviadas são respondidas em um prazo máximo de 72 horas.

Outro veículo de comunicação que cumpre a mesma função é o SAC do Grupo (0800 17 6000), serviço de atendimento gratuito ao consumidor, com abrangência nacional e internacional. O atendente cadastra reclamações, dicas, dúvidas e dados e, após isso, são realizadas análises mensais, que ajudam a companhia a nortear seus trabalhos e melhorar os seus processos. As solicitações recebidas muitas vezes são respondidas prontamente e outras encaminhadas ao departamento responsável para o suporte necessário.

Para os funcionários, a empresa também dedica vários meios de informação, a exemplo do jornal interno Bertin Notícias, que integra as 28 unidades do Grupo e seus 22 mil colaboradores; a intranet que transmite dados pontuais diariamente e, para os que não atuam com computadores, estas comunicações são impressas por

supervisores de área e fixadas em murais. Além disso, há constantes campanhas de endomarketing, visando conscientizar, noticiar, motivar, formar, envolver e comprometer.

Há ainda exibição de vídeo integração para os que ingressam na empresa e visitas periódicas de equipes responsáveis às unidades, para unificar a Comunicação Corporativa e suscitar os elementos mencionados acima.

Já clientes, investidores, parceiros e demais públicos recebem por e-mail o informativo “Bertin News”, com as últimas novidades do Grupo (o cadastramento para envio pode ser feito no site (www.grupobertin.com.br), além de terem acesso ao Relatório Anual da empresa e ao seu vídeo institucional.

6. Programa de Comunicação em Marabá (PA)

O Programa de Comunicação Social para a unidade do Grupo Bertin em Marabá (PA), se deu por decisão estratégica, visualizando o Estado do Pará, um futuro Estado Exportador.

Está estruturado segundo os seguintes subprogramas:

Ação 1 – Consultas públicas continuadas

1) Procedimentos adotados: ampla divulgação e envolvimento das entidades institucionais atuantes na localidade do empreendimento

Uma série de consultas públicas ocorreu em horário, local e situação apropriados, após ampla divulgação na mídia para estimular a participação. Entre outros veículos, destaque para as inserções nos jornais “Correio do Tocantins”, “Opinião” e Rádio Clube AM/FM, com pelo menos cinco dias de antecedência do evento. O público presente foi envolvido no processo de conhecimento e discussão do projeto *Modelo de Pecuária Sustentável: Perspectivas e Desafios no Sudeste do Pará*, assim como consultado e informado sobre o andamento das atividades pretendidas pelo Bertin. Ação que sinaliza o empenho e o comprometimento do Grupo em efetivar parcerias e colaborações direcionadas à mitigação e/ou potencialização dos possíveis impactos com a expansão do Grupo em suas regiões de atuação.

Todas as reuniões foram documentadas, permitindo que houvesse um registro formal de todas as críticas, opiniões e/ou sugestões apontadas. As manifestações seguiram ao responsável da área afetada para análise, de tal maneira que pudesse

ser verificada a viabilidade ou não de se implementar o que foi sugerido, sendo respondido ao interessado por carta.

Ação 2 - Abordagem de campo

Além da série de consultas públicas, o Grupo Bertin ampliou a participação social com abordagens de campo nos municípios de Belém (PA), Marabá (PA) e São Paulo (SP). Iniciativa que mostrou-se fundamental para a sensibilização da comunidade local, lideranças e formadores de opinião, tanto no que tange ao projeto proposto pelo Grupo, quanto para a abertura a ações colaborativas. As pesquisas *in loco* consistiram em:

I) Entrevistas Qualitativas;

II) Pesquisas de Campo com Produtores Rurais;

III) Consultas Públicas – Seminários e Reuniões Focais.



I) Entrevistas Qualitativas

O conjunto de entrevistas qualitativas realizadas com entidades institucionais teve por objetivo, em um primeiro momento, identificar quem direta ou indiretamente possui responsabilidades, interferência política, administrativa, econômica e/ou social na região para, posteriormente, selecionar aqueles que - por sua força, importância de atuação e compatibilidade com os objetos do projeto - fossem alvo de novas abordagens.

a) Belém

Entes Públicos: Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), Secretaria Especial de Estado de Produção (SEPROD), Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Agência de Defesa da Agropecuária do Pará (ADEPARÁ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria Executiva de Estado de Proteção Social (SEEPS) e Banco da Amazônia.

Entes Não Governamentais: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto do Homem e Meio Ambiente (IMAIZON), Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA) e Câmara Consultiva da Pecuária.

b) São Paulo

Repórter Brasil e Instituto ETHOS

c) Marabá

Entes Públicos: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Secretaria da Agricultura, Secretaria da Proteção Social, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria do Planejamento, Ministério Público, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ).

Entes Não Governamentais: Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), Sindicato dos Produtores Rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Cooperativa de Prestação de Serviços (COPSERVIÇOS), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).



II) Pesquisa de Campo com Produtores Rurais

O estudo realizado ressaltou a produção pecuária nos 16 municípios em Marabá (PA). Foram duas frentes principais: as características do Sistema Produtivo aplicados na pecuária de corte (área de exploração, indicadores de desempenho e manejo agropecuário) e a Legislação Ambiental e Trabalhista, com questões relacionadas às condições de saúde e segurança do trabalhador, meio ambiente e nível sócio-cultural do produtor. A pesquisa foi baseada em um questionário individual e mapeada entre os dias 15 e 31 de maio de 2006, por uma equipe de pesquisadores.

III) Série de Consultas Públicas – Seminários e Reuniões Focais Descentralizadas

Os seminários e reuniões focais, conforme especificado a seguir, visaram informar sobre os objetivos pretendidos, provocar reflexões a respeito do setor pecuário, ouvir continuamente experiências e obter contribuições.

a) Seminário de Abertura: *Modelo de Pecuária Sustentável - Perspectivas e Desafios no Sudeste do Pará*, 11/04/2006, Marabá (PA)

b) Reuniões Focais:

Médios e grandes produtores, 12/05/2006, Marabá (PA)

Pequenos Produtores, 15 a 18/05/2006, Itupiranga, Parauapebas, Eldorado dos Carajás e São Domingos do Araguaia (PA)

Conselho Municipal de Meio Ambiente, 19/05/2006, Marabá (PA)

Câmara Setorial Consultiva da Pecuária, 22/05/2006, Belém (PA)

Seminário Final, 06/07/2006, Marabá (PA)



7. Programa de Comunicação 2007

Consciente de seu papel, o Grupo Bertin dará continuidade a sua política de comunicação, priorizando todos os públicos envolvidos com seu *core business*. Além disso, estabelecerá dois novos canais de informação a partir do ano que vem – uma Central de Comunicação Sócio-Ambiental na matriz (Lins, SP) e outra em Marabá (PA).

7.1 Criação de Central de Comunicação Sócio-Ambiental

Será instalada uma Central de Atendimento em Lins (SP), onde está localizada a matriz do Grupo, para que esta dê suporte a todas as outras unidades no País, priorizando uma comunicação padronizada e eficiente.

A Central de Comunicação Social terá instrumentos (formulários ou roteiros) capazes de captar impressões, sugestões e avaliações da comunidade local, tanto no que se refere ao Programa de Comunicação da empresa, quanto suas ações pró-ativas na região. A meta é viabilizar esta ferramenta para que funcione como uma “Ouvidoria” do Grupo junto aos entes institucionais e demais atores sociais. Qualquer cidadão poderá obter informações sobre a organização e os seus projetos, com a possibilidade de fazer sugestões e críticas.

Para isso, será formada uma Equipe de Coordenação, composta por técnicos do Grupo Bertin que deverão exercer as seguintes atribuições:

- a) Selecionar e capacitar um Coordenador Geral para supervisionar todas as ações de Comunicação Social, durante os cinco anos de vigência do Programa, assegurando uma versão única e oficial sobre os temas a serem trabalhados;
- b) Formar e capacitar equipes locais, que irão agir na implantação de ações de Comunicação Social no município do empreendimento;
- c) Estabelecer as conexões necessárias com o público institucional, alvo do programa de Comunicação Social;
- d) Adotar uma metodologia participativa na condução do Programa de Comunicação Social.



7.2 Central de Comunicação Sócio-Ambiental Marabá (PA)

No projeto de Marabá, o contato direto será com o gerente da unidade, que estará devidamente preparado e sincronizado com a Coordenação do Programa de Comunicação Social, para interagir com diversos públicos, assim como tecnicamente municiado para prestar esclarecimentos sobre questionários e demais ferramentas utilizadas para coleta de informações.

Ação 1 - Divulgação da Central de Comunicação Sócio-Ambiental

Elaboração de uma campanha específica de divulgação no sentido de transmitir a existência da Central de Comunicação Social e seus horários de atendimento ao público. Vale ressaltar, que será levado em consideração, inclusive, a formação da população inserida em áreas mais distantes das cidades, em especial as localizadas em zonas rurais.

Ação 2 - Coleta e sistematização das opiniões e sugestões dos usuários da Central de Comunicação Sócio-Ambiental

O Grupo Bertin compilará o conjunto de informações recebidas, responderá cada uma delas e avaliará aquelas que possam sinalizar a necessidade de mudanças e complementos para o Programa de Comunicação Social e/ou qualquer obra em andamento, sempre com base em indicadores quantitativos e qualitativos, obtidos por intermédio de formulários e questionários preenchidos pelos usuários da Central. O resultado deste material será divulgado anualmente e servirá como grande balizador para a tomada de decisões estratégicas do Grupo.

Ação 3 - Participação em jornais e rádios locais

A mídia local será contatada e haverá a produção de releases, notas e outros para divulgação do andamento dos Programas Sócio-Ambientais do Grupo Bertin, entre outros temas relacionados à empresa.



Ação 4 - Geração de materiais como folders e boletins informativos

A empresa confeccionará *folders* e cartilhas, com periodicidade anual, contendo explicações básicas e resumidas sobre o empreendimento e os programas ambientais a serem implementados, para que a população acompanhe de perto o desenvolvimento das atividades.

Ação 5 - Educação Ambiental

O Grupo Bertin manterá um diálogo permanente com seus colaboradores e comunidade, visando o aperfeiçoamento de suas ações ambientais, e para isso adotará as seguintes medidas:

- a) Treinamento, conscientização e mobilização de seus funcionários para que atuem sempre de forma ambientalmente correta;
- b) Trabalho de endomarketing com campanhas motivacionais, educativas e culturais para incentivo à coleta seletiva, combate ao desperdício, 5S, reciclagem, reutilização de materiais e tudo o que agregue valor à preservação do meio ambiente;
- c) Acompanhamento de seus fornecedores, para que ofereçam produtos e serviços com qualidade ambiental compatível com a do Grupo e tenham foco em ações que fomentem essa realidade, como capacitação de suas equipes no exercício do desenvolvimento sustentável.

Ação 6 - Política de Responsabilidade Social

O Bertin visa instituir as premissas que norteiam o entendimento sobre responsabilidade e desenvolvimento social. O cumprimento desses princípios é um compromisso assumido pela Direção da Companhia com seus clientes, parceiros, consumidores, instituições, investidores, colaboradores, comunidade e todos os públicos que participam direta e indiretamente de sua realidade produtiva e mercadológica.



Ação 7 – Comunicação dos resultados, de acordo com as licenças de operação das unidades

- a) Monitoramento limnológico
- b) Qualidade da água

Ação 8 - Divulgação das oportunidades de trabalho geradas pelo Grupo Bertin em toda a região

A equipe do Programa de Comunicação Social também se responsabilizará por divulgar à comunidade as oportunidades de trabalho.

Ação 9 - Arquivo dos materiais de comunicação sobre o empreendimento

Todo o material produzido para a divulgação do empreendimento e Programas Ambientais da empresa serão arquivados, constituindo um banco de dados oficial (negativos, copiões, fotolitos, entre outras respectivas provas). Além disso, a equipe do Programa será responsabilizada pela clipagem, ou seja, identificação e retenção de tudo o que for publicado nos veículos de comunicação sobre o empreendedor e o empreendimento.

8. Reação social como atributo do processo de comunicação social

O fato de fornecer informação para que os grupos sociais se posicionem e se manifestem sobre o empreendedor e seus empreendimentos está longe de significar aceitação da obra e de seus efeitos nas condições de vida local/regional, bem como concordância irrestrita acerca das ações idealizadas para minimizar efeitos adversos e potencializar os favoráveis. Porém, o Programa de Comunicação Social ganha credibilidade e eficácia por conseguir evitar a ausência de subsídios, de transparência e de interação com os diversos públicos.

9. Entidades Institucionais Responsáveis

O Programa de Comunicação Social será de responsabilidade exclusiva do Grupo Bertin, sendo que poderão ser estabelecidas parcerias com representantes locais durante o desenvolvimento deste trabalho.

Outras informações

Gestão de Comunicação Corporativa do Grupo Bertin

Suélen Daiane

suelen.daiane@bertin.com.br



10. Cronograma

CRONOGRAMA	ANO I				ANO II				ANO III			
Sub-programas/ações	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND	JFM	AMJ	JAS	OND
Participação Social no Desenvolvimento do Programa de Comunicação Sócio-Ambiental												
Criação e capacitação de equipe de coordenação local do programa	•••	•••										
Determinação de calendário e procedimentos para a realização das consultas públicas continuadas	•••		•			•					•	
Criação de Central de Comunicação Socioambiental												
Divulgação da central de comunicação Sócio-Ambiental	•	•••			•••				•••			
Coleta e sistematização das opiniões e sugestões dos usuários		•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Desenvolvimento e produção de material de divulgação			•			•					•	
Articulação Periódica do Grupo Bertin com a Mídia Local												
Participação em mídia	•	•		•		•		•		•		•
Disseminação periódica dos resultados do monitoramento ambiental				•				•				•
Divulgação das oportunidades de trabalho geradas pelo Grupo Bertin em toda a região		•		•		•		•		•		•
Disseminação das informações da Central de Atendimento			•		•		•		•		•	
Arquivamento de todo o material de comunicação				•				•				•

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

COMUNIDADES INDÍGENAS

1 – INTRODUÇÃO

A PCH (Pequena Central Hidrelétrica) SACRE 2 (SALTO BELO), foi concebida com objetivo de atender a demanda crescente de energia elétrica, suprindo a região noroeste do Estado de Mato Grosso.

Estão localizadas próximas à PCH, há aproximadamente 2,5 quilômetros, na outra margem do rio Sacre as aldeias indígenas Sacre 2 e Bacaiuval, pertencentes à Terra Indígena Utiariti do Grupo Paresi, organizados em várias aldeias que compõem 3 (três) Associações Indígenas (Halitinã, Waimaré e Zaloya). A população do Grupo Paresi conta hoje com 1.875 índios, sendo 62 pertencentes a aldeia Sacre 2 e 39 a aldeia Bacaiuval.

Uma vez que a construção da PCH tem como compromisso, questões sociais e ambientais foi tecnicamente projetada de forma a evitar o barramento do rio Sacre. A geração de energia será feita com uso de 50% do volume, que será desviado através de um canal de derivação por trecho de aproximadamente 1.000 metros e, depois disso, retornará ao rio Sacre.

Assim, garante-se água suficiente no leito do rio Sacre e, conseqüentemente, a manutenção das características de flora, fauna e beleza cênica da cachoeira do Salto Belo.

A instalação desse empreendimento irá garantir, ainda, a melhoria na conservação das áreas de preservação permanente, em especial, a montante da PCH.

Este conjunto de medidas mostra-se fundamental para garantir que a implantação da PCH contribua para o processo de sustentabilidade social e ambiental da região, responsabilidade de todos nós.



Cachoeira Salto Belo – após a geração plena de energia elétrica pela PCH SACRE 2 (SALTO BELO).



2 – PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO

A Brasil Central Energia S. A. protocolou junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso – SEMA-MT, o Processo de Licenciamento da PCH Sacre 2 (Salto Belo), no final de 2001 (sob nº 6036/01), empreendimento este localizado na Zona Rural do município de Brasnorte/MT, Coordenadas Geográficas 13°01'03.1" W e 58°11'23.1" S, margem direita do rio Sacre, sub-bacia do Rio Juruena, Bacia Hidrográfica Amazônica, com capacidade de geração de 30 mW (03 Turbinas de 10 mW cada), com vazão MLT (Média de Longo Termo) de 162,10 m³/s e vazão ecológica de 81,05 m³/s.

As condicionantes ambientais, tanto mitigatórias como compensatórias, mais especificamente do meio físico, biótico, sócio-econômico e cultural estão registradas desde o primeiro Parecer Técnico emitido pelo órgão licenciador – SEMA/MT, sob nº 032/COINF/2001, quando da emissão da LP (Licença Prévia) nº 022/2002 em 17/01/2002.

3 – PARTICIPAÇÃO E CONSULTA

Para os estudos preliminares, a FUNAI informou que, consultados os habitantes da T. I. (Terra Indígena) Utiariti, composta das Aldeias Seringal, Salto Mulher, Bacaval, Sacre II, Vale do Papagaio, Bacaiuíval e Cabeceira deram a “anuência para a realização dos trabalhos” (OFÍCIO Nº. 094/GAB/SEPIMA/ERA/TGA, de 30/07/2001). Na ocasião a FUNAI – informou “que a Administração Executiva Regional de Tangará de Serra – MT observou, no referido ofício que colocará um servidor para acompanhar todo o trabalho”;

Em 11/10/2001 a empresa responsável pela Arqueologia e Antropologia, oficiou a FUNAI, sobre a sua responsabilidade em desenvolver os trabalhos de “Diagnóstico do empreendimento”... “referentes ao Patrimônio Histórico, Arqueológico e Antropológico, neste último caso referente à comunidade indígena Paresi, assentada na TI Utiariti.”. Informou também que “Com o objetivo de apresentar um estudo que contenha um quadro preciso sobre a situação atual da comunidade indígena, é necessário ... que realize uma etapa de trabalhos de campo, o que está planejado para o período de 17 a 25 de outubro próximos”. Naquela oportunidade, em 2001, apresentou o profissional da Universidade de Brasília que desenvolveria os trabalhos e informando que quando da chegada ao campo entraria em contato;

Foram realizadas, com a presença de representantes da FUNAI e da Brasil Central, várias reuniões com as Associações Indígenas e entre elas, objetivando discutir sobre a construção da usina, de forma a causar o menor impacto possível, haja vista que o rio Sacre, naquele local, separa a Terra Indígena, de área rural de cerrado de propriedade particular, servindo inclusive de marco divisório dos municípios de Campo Novo do Parecis e Brasnorte;

Em 02 de julho de 2003, a Brasil Central assinou, com o acompanhamento da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Administração Regional de Tangará da Serra – MT, um “Termo



de Compensação Amigável” com as Associações Indígenas Waimaré e Halitinã, assumindo compromissos a serem cumpridos durante e após a construção da PCH.

Paralelamente, manteve contatos e fizeram reuniões com a FUNAI – Tangará da Serra/MT e comunidades indígenas para dar continuidade aos compromissos já assumidos e iniciar as melhorias dos acessos e implantação do canteiro de obras.

Além dos Programas Ambientais previstos no Diagnóstico Ambiental e no Plano de Controle Ambiental – PCA, o item de maior importância seria, sem sombra de dúvida, o relacionamento e atendimento aos itens ligados à comunidade indígena.

A confiança e a credibilidade das Comunidades Indígenas, principalmente da Aldeia Sacre 2 e Bacaiuval, seria fundamental para o sucesso dos compromissos assumidos, o que foi ocorrendo gradativamente através da coordenadoria ambiental, diretores e acionistas em vistorias periódicas.

O papel da FUNAI – Tangará da Serra/MT, inicialmente através do Sr. Carlos Márcio Vieira Barros, e atualmente Sr. Rony Valter Azoimayce, representando a FUNAI e fazendo o relacionamento e intercâmbio entre as comunidade indígenas e empresa, dando credibilidade e legitimidade ao processo, foi fundamental para o bom relacionamento e sucesso dos trabalhos com as Associações Indígenas Waimaré, Halitinã e Zaloya, bem como com as aldeias mais próximas ao empreendimento, Sacre 2 e Bacaiuval.

Como a Brasil Central (Grupo Bertin) estabeleceu desde o início e continua até hoje, apenas um representante para tratar dos assuntos indígenas, respaldado quando necessário pela diretoria da empresa, esta estratégia criou um elo de confiança, tanto da comunidade indígena e seus caciques (Cacique Tarcilo – Aldeia Sacre 2 e Cacique Dna. Ivone – Aldeia Bacaiuval), como Associações Indígenas Waimaré, Halitinã e Zaloya e FUNAI.

Considerando que, em função do processo ser dinâmico, houve necessidade de alteração dos acordos firmados, através de “Termo Aditivo de Composição Amigável”, firmado em 11/03/2005, bem como posterior “2º Aditamento ao Termo de Composição Amigável”, firmado em 06/12/2005, havendo em ambos, participação das Comunidades Indígenas (Associações), FUNAI e empreendedor, sendo que isto ocorreu de forma positiva para ambas as partes.

As reuniões que foram realizadas com o objetivo de discutir e consolidar as ações relativas à implantação da PCH, tiveram a participação da comunidade Paresi (índios), ou de seus representantes legais (associações), quando delegados, bem como da Funai e do empreendedor.

Segue abaixo, registro de cronológico de atas e documentos firmados entre as partes:

☐ Ata de Reunião das Associações Halitinã e Waimaré (ANEXO 01)

o Data: 30/10/2001;

BRASIL CENTRAL ENERGIA S.A.

Rodovia MT 170, s/nº, Zona Rural, Brasnorte – MT

End. p/ Corresp.: BERTIN LTDA Rodovia de Acesso Lins –Getulina, s/nº – Parque Industrial – Lins– S. Paulo
CEP: 16404-110



- o Participantes: Lideranças, comunidade Paresi e FUNAI;
- o Local: Aldeia Sacre 2.

☐ Ata de Reunião – Comunidade Paresi (ANEXO 02)

- o Data: 02/10/2002;
- o Participantes: Lideranças, Comunidade Paresi e FUNAI;
- o Local: Aldeia Sacre 2.

☐ Assinatura do Documento de “Composição Amigável e Outras Avenças” (ANEXO 03)

- o Data: 02/07/2003;
- o Participantes: Associações Indígenas Halitinã e Waimaré, empreendedor e testemunhas;
- o Local: Aldeia Sacre 2.
- o

☐ Assinatura do “Termo Aditivo ao Termo de Composição Amigável e Outras Avenças celebrado em 02/07/2003”, referente à compensação ambiental da PCH Sacre 2 (Salto Belo) (ANEXO 04)

- o Data: 11/03/2005;
- o Participantes: Associações Indígenas Halitinã, Waimaré e Zaloya, empreendedor, FUNAI e testemunhas;
- o Local: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

☐ Ata de Reunião – Comunidade Paresi (ANEXO 05)

- o Data: 13/11/2005;
- o Participantes: Lideranças, comunidade Paresi, FUNAI, SEMA/MT e empreendedor;
- o Local: Aldeia Sacre 2.

☐ Assinatura do “2º Aditamento ao Termo de Composição Amigável e Outras Avenças celebrado em 02/07/2003”, referente à compensação ambiental da PCH Sacre 2 (Salto Belo) (ANEXO 06)

- o Data: 06/12/2005
- o Participantes: Associações Indígenas Halitinã, Waimaré e Zaloya, empreendedor, FUNAI e testemunhas;
- o Local: Tangará da Serra/MT

4 – ESTUDOS REALIZADOS

ARQUEOLÓGICO E ANTROPOLÓGICO

Foram realizadas a partir de três eixos de investigação, sendo eles:

- a) A realização de uma vistoria de campo na área a ser diretamente impactada pela PCH e seu entorno, com o objetivo de obter um primeiro reconhecimento do ambiente físico e dos aspectos arqueológicos e antropológicos envolvidos no empreendimento;



b) Um levantamento sistemático da bibliografia disponível, de forma a obter um quadro regional que servisse de referência e contextualidade para os elementos levantados na área;

c) O estudo das informações obtidas a partir dos dois itens anteriores, bem como as análises e avaliações que integram o Diagnóstico, Prognóstico, Avaliação de Impactos e Proposição de Medidas Mitigadoras.

A realização dos trabalhos de campo foi devidamente notificada junto aos órgãos responsáveis envolvidos, a saber:

- junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mais especificamente a 14ª. Superintendência Regional/18ª. Sub-Regional de Cuiabá;
- junto à FUNAI (Fundação Nacional do Índio), mais especificamente a regional de Tangará da Serra.

O vale do rio Sacre nunca havia sido objeto de pesquisa arqueológica. Assim, os procedimentos adotados pela equipe durante os trabalhos de campo tiveram que considerar, inicialmente, a ausência de informações objetivas sobre a localização e características de possíveis sítios arqueológicos existentes. Desta forma, tornava-se necessário proceder a um reconhecimento amplo e genérico da área, de forma a identificar a natureza e a diversidade do patrimônio envolvido.

A metodologia que se mostrou mais adequada foi a de realizar prospecções sistemáticas, procurando detectar vestígios arqueológicos em diferentes trechos da área. As prospecções se basearam, principalmente, na observação das características topográficas e locais da paisagem, buscando examinar segmentos físicos e contextos ambientais diferenciados, de forma a identificar a maior variedade possível de vestígios arqueológicos, relacionados a diferentes formas de ocupação da paisagem.

Com o objetivo de reconhecer, igualmente, sítios arqueológicos enterrados, foram feitas inúmeras verificações em locais que permitiam uma leitura estratigráfica (como barrancos de estrada e de rio, áreas de erosão, valas abertas para construções, entre outros), bem como abertura de seqüência de poços-teste no terreno.

Durante os estudos de “Diagnóstico Arqueológico” realizado na área da PCH Sacre 2 (Salto Belo), desenvolvidos em 2001, prospecções sistemáticas haviam identificado 4 sítios na ADA (Área Diretamente Afetada) (São João 1 à 4). Durante os trabalhos de campo realizados na presente fase de resgate um novo sítio foi cadastrado (São João 5), contando-se com um total de 5 sítios nos 05 hectares que compõem a ADA (Área Diretamente Afetada).

Foram efetuadas, ainda, prospecções em quatro locais fora da ADA (portanto, na Área de Influência Indireta “AII”), com o objetivo de obter um quadro arqueológico de referência, necessário para as análises científicas de patrimônio. Sendo identificados mais 05 sítios arqueológicos na “AII”, totalizando 10 sítios arqueológicos considerados pela presente pesquisa.



Quanto às ações de resgate, nos sítios arqueológicos localizados dentro da “ADA” foram realizadas pesquisas sistemáticas. A definição do tipo de pesquisa a ser realizada em cada sítio variou de acordo com seu potencial informativo e científico, raridade de ocorrência e estado de conservação. Esta avaliação definiu o nível de aprofundamento da pesquisa, escalada em 03 níveis.

- Nível 1: realizado em todos os sítios, envolvendo cadastramento gráfico e fotográfico, abertura de linhas de sondagens e coleta total quadriculada de material em superfície. Documentação detalhada de arte rupestre, se presente.
- Nível 2: pesquisas de detalhes realizadas nos sítios com estado de conservação mediano, envolvendo a abertura de algumas áreas de escavação, além do total de procedimento descritos no nível 1.
- Nível 3 escavações amplas realizadas nos sítios com bem estado de conservação, além do total de procedimentos descritos nos níveis 1 e 2.

Identificação e localização dos 09 sítios arqueológicos identificados, durante os levantamentos na “ADA” e “AII”.

NOME DO SÍTIO	TIPO	COORDENADAS UTM
São João 1	Sítio Lítico a céu aberto	21 L 0371999/8560844
São João 2	Sítio Lítico a céu aberto	21 L 0371949/8560956
São João 3	Sítio Lítico a céu aberto	21 L 0371519/8560450
São João 4	Sítio Lítico a céu aberto	21 L 0371921/8560746
São João 5	Sítio Lítico a céu aberto	21 L 0370984/8561299
Abrigo 1	Sítio rupestre em abrigo	21 L 0433061/8522314
Sacre 1	Sítio cerâmico a céu aberto	21 L 0370846/8557954
Prainha 1	Sítio Lítico a céu aberto	21 L 0432937/8522410
Aldeia Tolosa	Aldeia abandonada	21 L 0394521/8540424
Sítio Paresi	Aldeia Paresi abandonada	21 L 0381455/8494047

Importante frisar que, quando do planejamento para início das obras (implantação de canteiro, acessos, jazidas, bota fora entre outras atividades), ficou definido a estratégia de execução dos serviços, de modo a proteger os locais de existência dos sítios arqueológicos existentes na “ADA”, garantindo dessa forma a sua proteção e conservação.

Com a definição para construção do centro de referência indígena, a ser construído na cidade de Campo Novo do Parecis-MT., estaremos contribuindo para que todos os estudos realizados na implantação da PCH Sacre 2 (Salto Belo), principalmente as informações e peças referentes ao Programa de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural sejam parte integrante e de consulta para a comunidade indígena Paresi e a comunidade em geral.

Nos estudos dos Diagnósticos Ambiental, Arqueológico e Antropológico foram levantados pontos de possíveis impactos ambientais com a implantação da PCH Sacre 2 (Salto Belo),



bem como foi previsto e proposto no PCA – Plano de Controle Ambiental programas à serem implantados para minimizá-los.

As medidas previstas no PCA foram analisadas sob vários aspectos, tais como:

- ✓ Área de influência direta;
- ✓ Área de influência indireta;
- ✓ Aldeia Sacre 2 e Bacaiuval;
- ✓ Terra Indígena Paresi;
- ✓ Período de instalação;
- ✓ Período de Operação;

ATIVIDADES	AÇÕES	MEDIDAS	VALORAÇÃO DE IMPACTO
Antropologia	Implantação da PCH	Todas as medidas foram tomadas de forma a mitigar ao máximo possível os possíveis impactos negativos, com o objetivo de garantir a integridade sócio cultural da comunidade indígena, principalmente da Aldeia Sacre 2 e Bacaiuval.	<u>Durante a LI</u> Moderada <u>Durante a LO</u> Insignificante
Arqueologia	Foram efetuados estudos de levantamentos de dados, prospecção e resgate dos sítios arqueológicos identificados.	Com base nos levantamentos e identificação dos sítios arqueológicos, foram promovidos sua proteção e resgate. Especificamente para o sítio que ocorreu na área dos 102,17 ha, o mesmo foi protegido e a antiga estrada de acesso à cachoeira foi desativada. Houve divulgação desses trabalhos, através de palestras, reuniões e painéis, junto aos trabalhadores, comunidade indígena e comunidade científica. Obs.: As atividades para construção da PCH, não interferiram em nenhum sítio arqueológico.	<u>Durante a LI</u> Moderada <u>Durante a LO</u> Positivo

ATIVIDADES	AÇÕES	MEDIDAS	VALORAÇÃO DE IMPACTO
Abertura de vias de acesso	Foram efetuadas melhorias das vias de acesso até o empreendimento, bem como aberturas internas.	Todas as vias de acesso foram melhoradas e construídas com planejamento prévio, contemplando as questões ambientais, de forma a conter processos erosivos, evitando dessa forma o carreamento de materiais para os rios	Durante a LI Moderada <u>Durante a LO</u> Positivo
Aumento de tráfego de veículos	Melhorias e cascalhamento, valas de drenagem das estradas de acesso	Abertura de canaletas e valas de drenagem, construção redutores de velocidade, construção de ponte de concreto, instalação de placas de sinalização e demais informações, principalmente próximos à terra indígena.	<u>Durante a LI</u> Moderada <u>Durante a LO</u> Insignificante
Aumento de circulação de pessoas	Orientação aos funcionários, prestadores de serviços e comunidade indígena (Aldeias Sacre 2 e Bacaiuval)	Palestras aos funcionários, prestadores de serviços do canteiro de obra, bem como para a comunidade indígena. Implantação de sistema de tratamento de esgoto no canteiro de obra, coleta de lixo seletivo, proibição de atividade de caça e pesca entre outros (cartilhas, folders e áudio-visuais)	<u>Durante a LI</u> Grande <u>Durante a LO</u> Insignificante
Uso de máquinas e equipamentos pesado	Transporte de materiais, escavações e detonações	Orientação permanente aos motoristas e operadores de máquinas, quanto ao uso adequado dos equipamentos.	<u>Durante a LI</u> Grande <u>Durante a LO</u> Insignificante

ATIVIDADES	AÇÕES	MEDIDAS	VALORAÇÃO DE IMPACTO
Acesso à Terra Indígena e vice-versa	Contato com a comunidade indígena. Principalmente no período de construção das moradias nas aldeias Sacre 2 e Bacaiuval	Com autorização prévia da FUNAI e Caciques, este acesso ficou restrito a apenas ao empreendedor e a seus representantes legais. Em caso de necessidade de outro profissional e de outras visitas, desde que acompanhados pelos mesmos.	Durante a LI Moderada <u>Durante a LO</u> Insignificante
Remoção da vegetação	Abertura das áreas de acesso, canal, casa de força, canteiro de obra. Na área do empreendimento.	Planejamento prévio, de maneira a abrir apenas o necessário para atender a demanda da obra.(aprox.20 hectares) Elaboração de PRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradáveis), contemplando a recuperação com espécies nativas (em fase de execução)	<u>Durante a LI</u> Moderada <u>Durante a LO</u> Insignificante
Remoção de solo e rocha	Escavação das áreas de canal e casa de força.	Planejamento prévio dos locais de bota-fora e bota-espera, bem como a classificação prévia dos diferentes tipos de solo e rochas, para seu aproveitamento em outra etapa da obra. Orientação da disposição desses materiais e seu uso, previsto no Programa de Combate e Controle de Processos Erosivos e Estabilidade de Encosta.	<u>Durante a LI</u> Grande <u>Durante a LO</u> Ausente
Bota fora	Recebimento de material de escavações do canal e casa de força.	Planejamento prévio de maneira a ficar paralelo ao canal adutor, porém na parte superior, inversa a APP (Área de Preservação Permanente), funcionando como barreira natural de contenção. Já está conformado e sendo recuperado, com gramíneas nos taludes, e espécies florestais nativas.	<u>Durante a LI</u> Grande <u>Durante a LO</u> Insignificante

ATIVIDADES	AÇÕES	MEDIDAS	VALORAÇÃO DE IMPACTO
Qualidade de água do Rio Sacre	Desvio de parte da água do Rio Sacre, em até 50% no período de seca, ou seja 81,05 m3/s. No trecho de 1.000 metros.	Orientação técnica e ambiental, em todas as etapas da construção do empreendimento aos trabalhadores e prestadores de serviços, principalmente nas atividades próximas ao rio Sacre. Campanhas de “Limnologia e Qualidade de Água”, antes, durante e após a construção da PCH, controlados pelo órgão licenciador. Obs.: Os resultados desses programas, nos indicaram que não houve interferência na qualidade da água em nenhuma das etapas do empreendimento, não havendo portanto nenhum prejuízo a ictiofauna.	Durante a LI Moderada <u>Durante a LO</u> Insignificante
Cachoeira	Abertura da tomada d’água e embocadura do canal (a montante da cachoeira)	O projeto foi concebido com a garantia da passagem de pelo menos 50% do volume de água pela cachoeira, distribuição uniforme na sua crista de forma a manter sua beleza cênica em todos os períodos do ano. -Já em operação plena, com as 03(três) máquinas em operação, a uniformidade de água na crista foi mantida, bem como a beleza cênica.	<u>Durante a LI</u> Insignificante <u>Durante a LO</u> Insignificante

5 – PROGRAMAS DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

5.1 – MITIGAÇÃO

Com a finalidade de mitigar os possíveis danos ambientais causados pela implantação do empreendimento, principalmente na fase de construção, foram implantados “Programas Ambientais” previstos no levantamento de Diagnóstico Ambiental, Plano de Controle Ambiental e Pareceres do órgão licenciador. Para tanto, todos os programas previstos foram implantados, tais como:



➤ **PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA**

Tem como objetivo prevenir, reduzir ou mitigar impactos junto à comunidade indígena, tendo como base o princípio diferenciado que garante proteção ao meio ambiente e bem estar dos grupos envolvidos onde, para tanto, foram efetuadas ações antes, durante e serão mantidas após o funcionamento do empreendimento, de forma a garantir a integridade de seus aspectos sócio-culturais, bem como a manutenção do ambiente físico da terra indígena Paresi.

Orientação e informação junto aos trabalhadores da obra

Foi informado aos trabalhadores, através de palestras informativas e de capacitação e distribuição de cartilhas informativas sobre as especificidades da questão indígena e sobre os próprios Paresis, para não ocorrerem contatos prejudiciais tanto à comunidade indígena quanto aos trabalhadores;

Orientação e informação junto à comunidade Paresi

Foi informado à comunidade indígena sobre justificativas e riscos do empreendimento, bem como sobre os eventos planejados de obra e sua dinâmica, visando prever riscos e sua integridade física e cultural, através de palestras informativas e de capacitação e distribuição de cartilhas informativas;

Proteção e fiscalização da TI e entorno

Foram promovidas ações que impedissem que a implantação da obra causasse impactos e se tornassem prejudiciais ao grupo indígena, principalmente aos que moram nas proximidades da obra, onde, para tanto, foi elaborado estudo Etnoecológico da Terra Indígena Utiariti, Monitoramento Ambiental da área, especialmente da porção da TI mais diretamente ligada à obra, e elaboração de placas de sinalização na divisa da TI, visando alertar sobre seus limites, proibir a entrada de estranhos e evitar acidentes pessoais/ambientais;

Educação Patrimonial

Foram promovidas ações de divulgação de pesquisa e resultados avançados pelo programa Arqueológico, Histórico e Cultural, objetivando a valorização e preservação do patrimônio envolvido, através da elaboração e montagem de exposição itinerante (painéis), circulando tanto na comunidade indígena como na comunidade não indígena;

Divulgação Científica

Com o objetivo divulgar as ações de pesquisa e resultados alcançados pelo programa Arqueológico, Histórico e Cultura ao meio científico, visando



sua integração ao conhecimento das disciplinas envolvidas, foram realizadas atividades tais como:

- Apresentação da Pesquisa na XIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), realizada no mês de setembro de 2005 em Campo Grande/MS – Ministrada pela Prof^a. Dra. Érika M. Robrahn-González (Arqueóloga que teve a permissão do IPHAN para realizar o programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico e histórico da PCH SACRE 2 (SALTO BELO) – portaria número 114, de 07/06/2004);

- Discussão e análise dos trabalhos em Arqueologia Pública desenvolvidos pelo presente Programa, na Tese de Livre-Docência apresentada, defendida e aprovada pela Profa. Dra. Érika M. Robrahn-González, junto ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, sob título “Sociedade e Arqueologia”;

➤ **PESQUISA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO**

Teve como objetivo identificar, cadastrar e pesquisar os bens que formam o Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da região, de forma a contribuir para o resgate da herança cultural de sua comunidade para programas de sustentabilidade social, onde, para tanto, foram efetuadas ações antes, durante e serão mantidas após o funcionamento do empreendimento, de forma a garantir a integridade de seus aspectos sócio-culturais, bem como a manutenção do ambiente físico da terra indígena Paresi;

➤ **PROGRAMA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO**

Foi implantado o sistema de monitoramento de forma a monitorar as variações do Rio Sacre antes, durante e após a construção, à montante e à jusante da PCH. ***O referido programa terá continuidade durante toda vida útil do empreendimento;***

➤ **PROGRAMA DE LIMNOLOGIA E QUALIDADE DE ÁGUA**

Foi implantado o programa com o objetivo de monitorar a evolução dos sistemas aquáticos antes, durante e após a construção, à montante e à jusante da PCH, onde através dele, podemos monitorar e avaliar as eventuais alterações na qualidade da água em seus diversos aspectos. ***O referido programa terá continuidade com campanhas quadrimestrais, contemplando o período de seca e de cheia;***



➤ **PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE PROCESSO EROSIVO, ASSOREAMENTO E ESTABILIDADE DE ENCOSTA**

Tal programa foi implantado antes do início da obra com o objetivo de identificação, locação e apresentação de propostas a serem adotadas para o controle e contenção dos processos erosivos, assoreamento e estabilidade de encosta, no domínio e entorno da área do empreendimento. Tal atividade ocorreu de forma sintonizada com a construção da PCH;

➤ **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS**

Este programa prevê a recomposição da cobertura vegetal com espécies nativas nas áreas alteradas pela construção do empreendimento (áreas de empréstimo e bota-fora, canteiro de obras, jazidas, acessos, entre outras). O preparo das áreas para recuperação vem ocorrendo durante a construção do empreendimento, sendo que os serviços de plantio de mudas já foram iniciados e serão concluídos até o final do ano 2006 com manutenção até 2008;

➤ **PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL**

Este programa, de caráter contínuo, tem como objetivo sintetizar as ações sociais, culturais e ambientais, de maneira a atingir os objetivos e metas propostos nos demais programas.

O Programa de Gestão Ambiental tem como princípio básico o acompanhamento da implantação e desenvolvimento dos diversos programas, bem como a interface entre Empreendedor e órgãos envolvidos no processo da construção da PCH, tais como: FUNAI, SEMA/MT, ANEEL, IPHAN e CREA.

5.2 – COMPENSAÇÃO

Com a finalidade de compensar os possíveis danos ambientais causados pela implantação do empreendimento, principalmente na fase de construção, foram realizados acordos de compensação para o benefício da comunidade indígena Paresi, através de suas representações legais (Associações), com a participação da FUNAI, sendo que está em vigor o “Termo e Composição Amigável e Outras Avenças”, celebrado em 02/07/2003, referente à Compensação Ambiental - Pch Sacre 2 (Salto Belo), e seus 1º e 2º Aditivos, este último celebrado em dezembro de 2005, com as Associações Indígenas Halitinã, Waimaré e Zaloya, entidades representativas de toda a comunidade Paresi do estado de Mato Grosso, cujo teor resume-se ao que consta abaixo:

I – Construção de 15 (quinze) casas: sendo 9 (nove) na Aldeia Sacre 2 e 6 (seis) na Aldeia Bacaiuval, obra que foi inaugurada em 01/05/2006, com rede de água, energia elétrica e fossa séptica em cada moradia (conforme projeto apresentado pela Fundação



Nacional do Índio - FUNAI). As obras foram recebidas pela equipe de engenharia da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis;

II – Construção de um Centro de Referência Cultural do Povo Paresi, na cidade de Campo Novo dos Parecis MT, com 180 m² (conforme projeto que apresentado pela Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis e Associações Indígenas, para análise e posterior aprovação da FUNAI). A Prefeitura já definiu e disponibilizou o terreno. O início da construção está previsto para o mês de novembro/2006, com previsão de conclusão para fevereiro/2007;

III – Conforme deliberação em Assembléia Geral do povo Paresi e da FUNAI, ficou deliberada a substituição da construção de Casa de Saúde, na cidade de Tangará da Serra/MT, conforme constou do “Termo” celebrado em 2003, por viaturas para o

Programa da Saúde Indígena Haliti - Paresi, coordenada pela Associação Indígena Halitinã, sendo 2 (duas) camionetas L 200, com ar, tração, a diesel, cabine dupla, direção hidráulica e 01 veículo VW GOL, 1.0, FLEXPOWER, 4 portas com ar condicionado, sendo que tais veículos foram registrados em nome da Associação Indígena Halitinã e entregues em solenidade, em 03/02/2006, com a participação da FUNAI, Associações, Comunidade Paresi e autoridades municipais, na cidade de Tangará da Serra/MT;

IV – Repasse anual, até 20 de novembro de cada ano, às Associações Waymaré, Halitinã e Zaloya, a quantia de:

A) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no ano de 2005 e 2006 (no ano de 2006 o valor a ser repassado será equivalente aos meses em que a PCH estiver em construção).

B) R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por ano, a partir do momento em que o empreendimento estiver gerando energia a plena carga, com previsão no cronograma para 15/08/2006;

C) R\$ 3.000,00 (três mil reais) por ano, a partir da ligação efetiva de energia elétrica domiciliar nas aldeias Sacre 2 e Bacaiuval. Este valor será repassado à Associação Indígena Zaloya e deverá ser utilizado para o pagamento das competentes contas/faturas de energia elétrica que serão expedidas pela distribuidora local de energia elétrica, referentes ao consumo de 15 (quinze) casas citadas no parágrafo 2 e das duas bombas d'água que serão efetivamente ligadas em nome da respectiva Associação.

Estas compensações estão ocorrendo naturalmente, sendo reajustadas pelo IGPM, tendo como referência o mês de março de 2005 e repassado pela Brasil Central diretamente às Associações, que apresentam o Plano de Aplicação, para análise e aprovação da FUNAI, que encaminha à Brasil Central. A compensação é depositada em conta específica de cada Associação seguindo os percentuais:

Associação Waymaré: 37,5 % (trinta e sete e meio por cento);

Associação Halitinã: 37,5 % (trinta e sete e meio por cento);

Associação Zaloya : 25 % (vinte e cinco por cento).



Considerando que a FUNAI – Brasília, através de ofício, datado de 19/07/2006, da Coordenadoria Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, dirigido a Brasil Central, entendia que o empreendimento PCH SACRE 2 (SALTO BELO) apesar de estar a aproximadamente 12 quilômetros, do Grupo Indígena Nambikwara da Terra Indígena Tirecatinga, deveria ser considerado algum programa de mitigação e/ou compensação.

Diante desta situação foi realizada reunião com os indígenas e líderes da Associação, com a presença de representantes da FUNAI e após consenso, foi celebrado o “Termo de Composição Amigável e Outras Avenças” com a Associação Indígena Waklitsu, T. I. Tirecatinga, Aldeia Indígena Três Jacu, em Sapezal – MT, em 02/08/2006, no qual como providência efetiva as partes acordaram que a medida compensatória consistirá em um valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por ano, enquanto durar a geração de energia da PCH SACRE 2 (SALTO BELO), sendo que a Associação deverá apresentar um “Plano de Aplicação” com ciência e parecer favorável da FUNAI, para a liberação dos recursos, que deverá ocorrer até o quinto dia útil do mês de dezembro de cada ano. O valor acordado deverá sofrer reajustes de acordo com IGPM-FGV (ANEXO 07).

6 – CAPACIDADE GERENCIAL

Com a aquisição do empreendimento pela Heber Participações Ltda (Grupo Bertin), a primeira providência foi a contratação de profissionais para o cumprimento dos “Programas Ambientais”, bem como informar da referida aquisição aos órgãos, como: Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA-MT, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA entre outros, para que fossem efetuadas as devidas alterações.

Antes mesmo da aquisição, a empresa Heber Participações Ltda., contratou profissional para realizar um levantamento do “passivo ambiental” da PCH, sendo que ainda não havia sido iniciada a obra, o qual, após reuniões com a SEMA/MT, FUNAI-Tangará da Serra/MT e Comunidades Indígenas, visitou-se o local do empreendimento, o que possibilitou ao Grupo, montar uma estratégia de ação para iniciação dos trabalhos.

7 – MONITORAMENTO

Como os programas ambientais propostos foram acontecendo dentro dos prazos pré-estabelecidos, a obra civil da PCH evoluiu de forma conjunta com a execução das medidas mitigadoras. Desta forma, através de visitas, palestras e reuniões, a comunidade indígena pôde saber e acompanhar todos os passos e etapas do empreendimento.

De agora em diante, de acordo com as condicionantes ambientais, contidas na Licença de Operação, emitida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA - MT, está previsto a coleta de dados ambientais (referentes à qualidade de água e outros) **trimestralmente**.



A elaboração de cartilhas, visitas periódicas e reuniões/palestras na comunidade indígena, bem como visitas na obra em andamento pela comunidade indígena e representantes da FUNAI, contribuíram para que a sintonia de ambas as partes fossem positivas neste processo de parceria.

Antes mesmo do início das obras, preocupou-se em manter a integridade da comunidade indígena, procurando sempre minimizar os possíveis impactos ambientais decorrentes da implantação da PCH, na filosofia de respeito e responsabilidade social que a empresa adota para as comunidades onde atua, e principalmente neste empreendimento.

A satisfação da empresa é perceber a alegria da comunidade indígena e de seus representantes ao perceberem que as informações do projeto, antes no papel, e os compromissos assumidos, foram e estão sendo cumpridos.

Resta, pendente para o cumprimento do “Termo” com as Associações Indígenas, a implementação do Centro de Referência Cultural Indígena. Até o término desta tarefa, ocorrerão **reuniões periódicas semanais** com as autoridades indígenas e demais parceiros, para garantir o êxito da tarefa.

A partir da implementação do Centro de Referência Cultural Indígena, haverá o depósito da quantia monetária acertada pelo “Termo de Compensação”.

Além disso, caso haja qualquer dúvida, sugestão ou problema em relação ao empreendimento, as Associações Indígenas, via FUNAI, poderão entrar em contato com a empresa, que se coloca à disposição para se reunir, dialogar, esclarecer e apresentar informações dadas como necessárias.

O contato da Brasil Central Energia S. A. – PCH SACRE 2 (SALTO BELO) – (Bertin Ltda) é:

Srta. Suélen Assaiante (Gestora da Comunicação Corporativa.)

Bertin Ltda

Parque Industrial

Caixa Postal 211

Lins -SP

16404-110

e-mail: suelen.daiane@bertin.com.br
fone: (14) 3533-2377

